

RELATÓRIO SOBRE A MONITORIZAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL

2017

maio 2019

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
INTRODUÇÃO	9
ENQUADRAMENTO LEGAL	11
PARTE I: EMPRESAS LOCAIS.....	16
1.1. Caracterização económico-financeira	17
1.1.1. Rendimentos e gastos	17
1.1.1.1. Estrutura dos rendimentos.....	18
1.1.1.2. Estrutura dos gastos.....	21
1.1.2. Ativo, Passivo e Capital Próprio	27
1.1.2.1. Ativo	28
1.1.2.2. Capital Próprio e Passivo	32
1.1.3. Endividamento	37
1.1.3.1. Financiamentos obtidos - Passivo não corrente.....	37
1.1.3.2. Dívidas a terceiros	38
1.1.3.3. Dívida bruta	39
1.1.4. Resultados e rentabilidade	40
1.1.4.1. Resultados	40
1.1.4.2. Rentabilidade.....	47
1.1.5. Estrutura financeira.....	49
1.1.5.1. Solvabilidade	49
1.1.5.2. Autonomia financeira	50
1.2. Conclusões – Empresas locais	51
PARTE II: PARTICIPAÇÕES LOCAIS	53
1.1. Caracterização económico-financeira	54
1.1.1. Ativo, passivo e capital próprio	54
1.1.1.1. Ativo	55
1.1.1.2. Capital Próprio e Passivo	57
1.1.2. Endividamento	61
1.1.2.1. Financiamentos obtidos - Passivo não corrente.....	61
1.1.2.2. Dívidas a terceiros	62

1.1.2.3. Dívida bruta	62
1.2. Conclusões – Participações locais	64

Índice de tabelas

TABELA 1: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS (2015-2017)	18
TABELA 2: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (2015-2017)	20
TABELA 3: EMPRESAS LOCAIS - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO – TOTAL (2015-2017)	20
TABELA 4: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS TOTAIS (2015-2017)	22
TABELA 5: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR VOLUME DE GASTOS (2017)	24
TABELA 6: EMPRESAS LOCAIS - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (2015-2017)	24
TABELA 7: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS COM O PESSOAL (2015-2017)	25
TABELA 8: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (2015-2017)	26
TABELA 9: EMPRESAS LOCAIS - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (2015-2017)	26
TABELA 10: EMPRESAS LOCAIS - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (2015-2017)	27
TABELA 11: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO, PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO (2017)	28
TABELA 12: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO TOTAL (2015-2017)	28
TABELA 13: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)	30
TABELA 14: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO CORRENTE (2015-2017)	31
TABELA 15: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO TOTAL (2015-2017)	33
TABELA 16: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR AUMENTO DO PASSIVO (2015-2017)	34
TABELA 17: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)	35
TABELA 18: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO CORRENTE (2015-2017)	36
TABELA 19: EMPRESAS LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO (2015-2017)	37
TABELA 20: EMPRESAS LOCAIS - FINANCIAMENTOS OBTIDOS - NÃO CORRENTES (2015-2017)	38
TABELA 21: EMPRESAS LOCAIS - DÍVIDAS A TERCEIROS (2015-2017)	38
TABELA 22: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR VOLUME DE DÍVIDAS A TERCEIROS (2017)	39
TABELA 23: EMPRESAS LOCAIS - DÍVIDA BRUTA (2015-2017)	40
TABELA 24: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (2015-2017)	41
TABELA 25: 10 EMPRESAS LOCAIS COM RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCICIO MAIS ELEVADOS (2017)	42
TABELA 26: 10 EMPRESAS LOCAIS COM RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCICIO MAIS BAIXOS (2017) ..	43
TABELA 27: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADOS OPERACIONAIS (2015-2017)	44
TABELA 28: 10 EMPRESAS LOCAIS COM MAIORES RESULTADOS OPERACIONAIS (2017)	45
TABELA 29: 10 EMPRESAS LOCAIS COM MENORES RESULTADOS OPERACIONAIS (2017)	46
TABELA 30: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADOS FINANCEIROS (2015-2017)	47
TABELA 31: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO, PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO (2017)	55
TABELA 32: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO TOTAL (2017)	55
TABELA 33: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)	56
TABELA 34: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO CORRENTE (2015-2017)	57
TABELA 35: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO TOTAL (2015-2017)	58
TABELA 36: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)	59
TABELA 37: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO CORRENTE (2015-2017)	60
TABELA 38: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO (2015-2017)	61
TABELA 39: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - FINANCIAMENTOS OBTIDOS - NÃO CORRENTES (2015-2017) ...	61

TABELA 40: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - DÍVIDAS A TERCEIROS (2015-2017).....	62
TABELA 41: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - DÍVIDA BRUTA (2015-2017)	63

Índice de gráficos

GRÁFICO 1: EMPRESAS LOCAIS - PRINCIPAIS RENDIMENTOS (2015-2017)	19
GRÁFICO 2: EMPRESAS LOCAIS - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (2015-2017)	21
GRÁFICO 3: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DOS GASTOS (2015-2017)	23
GRÁFICO 4: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DO ATIVO (2015-2017)	29
GRÁFICO 5: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE POR COMPONENTES (2017).....	30
GRÁFICO 6: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)	31
GRÁFICO 7: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO (2015-2017)	32
GRÁFICO 8: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DO PASSIVO (2015-2017)	33
GRÁFICO 9: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)	35
GRÁFICO 10: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)	36
GRÁFICO 11: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDIBILIDADE DE CAPITAIS PRÓPRIOS (2017)	47
GRÁFICO 12: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDIBILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (2017).....	48
GRÁFICO 13: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA SOLVABILIDADE (2017)..	49
GRÁFICO 14: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA AUTONOMIA FINANCEIRA (2017).....	50
GRÁFICO 15: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ESTRUTURA DO ATIVO (2015-2017)	56
GRÁFICO 16: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO (2015-2017)	58
GRÁFICO 17: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ESTRUTURA DO PASSIVO (2015-2017).....	59

SUMÁRIO EXECUTIVO

- I. O presente relatório tem por objetivo caracterizar a atividade empresarial local e avaliar o impacto das Leis n.º 55/2011, de 15 de novembro e n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O relatório é elaborado com recurso a diferentes fontes de informação cujo período de referência de dados é anual.

A informação financeira foi extraída, em 24 de outubro de 2018, do *input* “Grupo Autárquico” e do *input* “Prestação de contas SEL”, ano de 2017, do Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), sendo o envio da mesma da responsabilidade das respetivas entidades. A sua validação teve por base o balanço e a demonstração de resultados das entidades do setor local, incluindo notas ao balanço e demonstração de resultados.

- II. Relativamente às empresas locais, o universo da análise económico-financeira, para os anos de 2015 a 2017, é de 198 empresas, tendo sido adotados os seguintes critérios na sua seleção:

- ✓ Empresas locais existentes à data de 31 de dezembro de 2017, excluindo-se as empresas extintas e alienadas (total e parcialmente) àquela data;
- ✓ Consideradas as entidades em liquidação e em insolvência;
- ✓ Consideradas as empresas extintas no decorrer do ano de 2018.

Das 198 empresas objeto da presente análise, não foram consideradas 25 entidades pelo facto de não se dispor de elementos suficientes para a sua validação em relação aos indicadores considerados. Assim, para o ano de 2017, o relatório incide sobre 173 empresas para as quais se obteve informação para os três anos em análise (2015-2017)¹.

- III. Os indicadores considerados para a análise económico-financeira das empresas locais foram os seguintes: estrutura de rendimentos (vendas e serviços prestados, subsídios à exploração e rendimentos totais); estrutura de gastos (fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal, gastos de depreciação e amortização e gastos totais); ativo; passivo; capital próprio; endividamento (financiamentos obtidos – não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta), indicadores de resultados (resultados operacionais, resultados financeiros e resultado líquido do

¹ Os dados reportados referentes a 4 empresas locais encontram-se em validação, pelo que se revestem de carácter provisório, pese embora integrem o leque de empresas em análise. As entidades em questão estão devidamente identificadas nos anexos.

exercício), indicadores de rentabilidade (rentabilidade de capitais próprios e rentabilidade operacional do ativo) e estrutura financeira (solvabilidade e autonomia financeira).

IV. Em termos gerais, face aos dados de 2017 apurados, cabe realçar as seguintes conclusões relativamente às empresas locais:

- ✓ As vendas e os serviços prestados constituem a maior fonte de rendimento das empresas do setor local, constituindo 83% do rendimento total. Os subsídios à exploração representam 10% do rendimento total;
- ✓ Os gastos em 2017 são superiores face aos anos anteriores. Dentro destes, destacam-se com maior relevo as seguintes componentes: fornecimentos e serviços externos (45%) e gastos com pessoal (27%);
- ✓ Ao nível do ativo, passivo e dívida bruta, assiste-se a uma diminuição dos valores face aos anos anteriores;
- ✓ As dívidas a terceiros apresentam uma redução, face a 2015, na ordem dos 11,0%;
- ✓ À semelhança das dívidas a terceiros, também os financiamentos obtidos do passivo não corrente registam um decréscimo no triénio, de 8,1%;
- ✓ Os resultados líquidos do exercício apresentam um valor positivo na ordem dos 21,7 M€ que compara com o valor de 24,8 M€ registado em 2015.

V. O universo das participações locais considerado é de 100 entidades, com base no critério em que as entidades públicas participantes detêm uma participação no capital social superior a 20%, e a aplicação dos critérios de sustentabilidade para as participações superiores a 40%.

Os municípios, respetivas associações e empresas locais detêm atualmente participação superior a 20% em 100 empresas.

Das 100 entidades identificadas, só foram considerados os dados de 62 pelo facto de não se dispor de elementos suficientes das restantes 38 relativamente aos indicadores considerados.

VI. No caso das participações locais, os indicadores para a análise económico-financeira considerados foram os seguintes: ativo; passivo; capital próprio; endividamento (financiamentos obtidos – não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta).

VII. Em termos gerais, face aos dados apurados das participações locais, em 2017, cabe realçar as seguintes conclusões:

- ✓ Ao nível do ativo, passivo e dívida bruta, assiste-se, igualmente, a uma diminuição dos valores face aos anos anteriores;
- ✓ As dívidas a terceiros apresentam uma redução, face a 2015, na ordem dos 22,7%;
- ✓ Quanto aos financiamentos obtidos, registados como passivo não corrente, diminuíram 31,6% no triénio.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as entidades públicas participantes em empresas locais ou com participações locais tiveram, num primeiro momento, designadamente no prazo de 6 meses a contar da sua publicação, de adaptar os estatutos das empresas locais ao novo regime jurídico e, por outro, avaliar do ponto de financeiro a sustentabilidade quer das empresas locais quer das empresas em que detinham participações locais.

Com base nessa obrigação foi elaborado por esta Direção-Geral, em janeiro de 2014, um relatório sobre o impacto deste novo regime jurídico da atividade empresarial local, nas empresas e participações locais a partir de outubro de 2012 e a caracterização económico-financeira das empresas locais com base nos exercícios de 2010-2012.

Por força do previsto no artigo 62.º daquele diploma, é efetuada anualmente a avaliação dos resultados da aplicação dos critérios de sustentabilidade, sempre reportados aos últimos três anos, dado que anualmente também pode ser deliberada a transformação dessas participações, pelo que se procedeu à atualização do primeiro relatório em outubro de 2014.

O presente relatório é constituído por duas partes, a primeira parte abordará o universo das empresas locais e a segunda as participações locais, que serão objeto de duas caracterizações: a caracterização das entidades e a caracterização económica e financeira.

Ao nível da caracterização económica e financeira, que incidirá sobre 198 empresas locais e 100 participações locais, nos anos de 2015 a 2017, são focados aspetos relativos aos proveitos, custos, ativos, passivos, capitais próprios e endividamento das empresas locais, sendo ainda apresentados indicadores de resultados, de rentabilidade e de estrutura financeira.

A informação financeira foi obtida através do SIAL – *input* “Grupo Autárquico” e *input* “Prestação de Contas SEL”.

A compilação dos dados financeiros e a sua produção obedeceu a diferentes procedimentos de validação: validações automáticas da aplicação informática SIAL que permite a recolha da informação e validação dos dados recebidos; e validações não automáticas da informação de base em resultado do trabalho de análise e de cruzamento com outras fontes de informação existentes, designadamente os documentos de prestação de contas das entidades.

O método de análise dos dados constantes no presente relatório baseia-se na análise descritiva dos *outputs* com os resultados obtidos, após validação da informação.

A avaliação dos critérios de sustentabilidade subjacentes à aplicação do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 incidirá sobre as empresas locais e nas participações locais, naquelas em que a participação das entidades públicas locais no capital social seja igual ou superior a 40%, tendo em conta a informação disponível, informação enviada pelos municípios através do SIIAL.

ENQUADRAMENTO LEGAL

- I. O setor empresarial local (SEL) é constituído pelas entidades criadas ou participadas por entidades públicas locais – municípios, entidades intermunicipais e associações de municípios de fins específicos² – para prosseguir atividades no âmbito das suas atribuições e competências, e para as quais a forma empresarial se mostra mais adequada à prossecução do interesse público do que a gestão direta, em função da especificidade técnica e material exigida – artigo 6.º, n.º 1 e artigo 20.º, n.º 4 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. O SEL integra o setor público empresarial juntamente com o setor empresarial do Estado, sendo-lhe aplicável, supletivamente, o regime constante do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (artigos 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 133/2013 e 21.º da Lei n.º 50/2012).

O regime vigente resulta de um processo de revisão iniciado com a elaboração do «Livro Branco do Sector Empresarial Local», e cujo desenvolvimento veio a ser precipitado pelos compromissos assumidos com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Assistência Financeira, que determinaram a adoção de medidas imediatas relativas ao sector empresarial local. Este conjunto de medidas viria a ter acolhimento na Lei n.º 55/2011, de 15 de novembro, no âmbito da qual foram reforçadas as regras de transparência e informação no funcionamento do setor empresarial local, suspendendo-se também a criação de empresas locais ou a aquisição de participações em sociedades comerciais por parte das entidades públicas locais ou de entidades que integram o setor empresarial local.

Culminando o processo de revisão em curso, o regime jurídico introduzido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, procedeu a uma reconfiguração do SEL, estabelecendo uma nova regulação *da atividade empresarial local*, desenvolvida pelas empresas locais e serviços municipalizados, bem como das *participações locais*, definidas como as participações das entidades públicas locais em sociedades comerciais que não assumam a natureza de empresas locais.

- II. No caso das empresas locais, o novo regime jurídico introduz as seguintes inovações: consideram-se empresas locais as sociedades comerciais constituídas ou participadas pelas entidades públicas locais, e nas quais estas possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante,

² A terminologia foi adaptada ao regime resultante da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

traduzida na detenção da maioria do capital ou direitos de voto, no direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização, ou em qualquer outra forma de controlo de gestão (artigos 3.º e 19.º da Lei n.º 50/2012).

Qualificam-se ainda de empresas locais as sociedades comerciais constituídas ou participadas por empresas locais, e nas quais estas exerçam uma posição dominante equivalente à prevista no n.º 1 do artigo 19.º, até à sua dissolução ou à alienação das participações, a ocorrer necessariamente no prazo de seis meses após a entrada em vigor da lei (n.º 1 e 2 do artigo 68.º da Lei n.º 50/2012).

É estabelecida uma enumeração taxativa das atividades materiais que podem integrar o objeto social das empresas locais (artigos 20.º, 45.º e 48.º da Lei n.º 50/2012).

Estabelece-se expressamente que as empresas locais são pessoas coletivas de direito privado (n.º 4 artigo 19.º da Lei n.º 50/2012), regendo-se ainda pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

É abolida a figura da “entidade empresarial local”, prevista no artigo 33.º e seguintes da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e que tinha a natureza de pessoa coletiva de direito público.

Inclui-se na noção de empresa intermunicipal as empresas detidas não só por comunidades intermunicipais ou associações de municípios de fins específicos (como sucedia na vigência da Lei n.º 53-F/2006), como também as empresas detidas por dois ou mais municípios (n.º 4 artigo 19.º da Lei n.º 50/2012).

- III. No âmbito das participações locais, procura-se obviar ao surgimento de um sistema empresarial local paralelo, proibindo-se as empresas locais de constituírem ou adquirirem participações em sociedades comerciais, ou criarem ou participarem em associações, fundações ou cooperativas, exceto as associações que prossigam fins não lucrativos de representação dos agentes do setor de atividade económica em que a empresa atua (artigo 38.º, na redação da Lei n.º 69/2015).

Admite-se a possibilidade de os municípios, as associações de municípios e as áreas metropolitanas criarem e participarem em fundações, cooperativas e associações de direito privado, sendo que, no caso de *régies cooperativas* e cooperativas de interesse público em que as entidades públicas participantes possam exercer influência dominante, se aplica, com as necessárias alterações, o regime das empresas locais (artigo 58.º, na redação da Lei n.º 69/2015).

IV. Como resulta da exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 58/XII, que deu origem à Lei n.º 50/2012, o novo regime jurídico visa a *“otimização da relação custo-benefício das estruturas empresariais em causa, assegurando, do mesmo passo, a sua adequação e tendencial autossustentabilidade”*, procurando alcançar *“uma mais adequada delimitação do perímetro das entidades empresariais”*. Neste sentido, a Lei n.º 50/2012 estabelece requisitos mínimos de sustentabilidade económico-financeira para a manutenção das empresas ou das participações locais, determinando a dissolução das empresas locais ou a alienação das participações locais nas seguintes circunstâncias (artigos 62.º, na redação da Lei n.º 69/2015 e da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março):

- a) Quando ocorrer a perda de metade do capital social (artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Quando as vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cubram, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, exceto no que se refere às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional e bem assim as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura;
- c) Quando, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante seja superior a 50% das receitas, exceto no que se refere às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura;
- d) Quando, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- e) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Para as empresas locais, em alternativa à dissolução obrigatória das empresas locais que não cumpram os critérios de sustentabilidade admite-se a transformação da empresa por via da alienação integral da participação detida pela entidade pública participante (artigo 63.º da Lei 50/2012).

Nas sociedades comerciais participadas que incorram em qualquer das situações referidas no n.º 1 do artigo 62.º da lei supra enunciada, devem as participações ser obrigatoriamente alienadas.

Admitem-se ainda a integração em serviços municipalizados, a fusão com outras empresas locais ou a internalização da atividade nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (n.º 2 do artigo 62.º e artigos 64.º e 65.º da Lei 50/2012). No caso das associações públicas de municípios que desenvolvam atividade empresarial, admite-se, a partir da revisão operada pela Lei n.º 69/2015, a sua transformação em empresas locais (artigo 23.º-A).

- V. A entrada em vigor do novo regime jurídico impôs uma reorganização do setor empresarial existente, determinando a lei a concretização das seguintes medidas no prazo de seis meses a contar da sua entrada em vigor:
- a) Adequação ao novo quadro legal dos estatutos das empresas locais e participadas, sob pena de se tornar obrigatória a sua dissolução ou a alienação integral das participações (n.º 1 e n.º 2 do artigo 70.º);
 - b) Adaptação dos serviços municipalizados ao novo regime jurídico (n.º 6 do artigo 70.º);
 - c) Dissolução das empresas locais (artigo 62.º) e alienação das participações (artigo 66.º) sempre que se verifique qualquer das situações que determinam a sua dissolução obrigatória, atendendo-se aos três anos imediatamente anteriores à entrada em vigor da lei (n.º 3 do artigo 70.º), sem prejuízo da possibilidade de transformação de empresas locais por alienação da participação pela entidade pública participante (artigo 63.º);
 - d) Dissolução das sociedades comerciais dominadas por empresas locais, ou alienação integral das respetivas participações (n.º 2 do artigo 68.º);
 - e) Alienação de todas as participações detidas por empresas locais em outras sociedades comerciais, bem como cessação da sua participação em quaisquer associações, fundações ou cooperativas (n.º 3 do artigo 68.º).
- VI. Quando a dissolução de empresas locais implica a internalização de atividades nos serviços das respetivas entidades públicas participantes ou a integração de atividades em serviços municipalizados, o legislador estabeleceu um regime especial em matéria de gestão dos recursos humanos destas empresas locais em processo de liquidação (n.ºs 6 a 13 do artigo 62.º). Assim:
- a) As empresas locais podem ceder às entidades públicas participantes os seus trabalhadores contratados ao abrigo do Código do Trabalho que sejam detentores de um contrato por tempo indeterminado e tenham sido admitidos pelo menos um ano antes da data da deliberação de

dissolução da empresa local, na exata medida em que estes se encontrem afetos e sejam necessários à execução das atividades objeto de internalização ou integração;

- b) Os acordos de cedência devem ser celebrados no prazo de seis meses após a deliberação de dissolução da empresa local;
- c) Na pendência dos procedimentos de dissolução e de liquidação, estes trabalhadores podem candidatar-se aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida que sejam abertos pelas entidades públicas participantes às quais se encontrem cedidos para ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que estão a executar;
- d) Os procedimentos concursais referidos na alínea anterior devem ser abertos no prazo máximo de doze meses a contar da data de celebração dos acordos de cedência.

PARTE I:

EMPRESAS LOCAIS

1.1. Caracterização económico-financeira

O presente ponto do relatório inclui a análise económico-financeira das empresas do setor local existentes a 31 de dezembro de 2017, sendo o universo analisado constituído por 198 entidades.

A caracterização económico-financeira é efetuada com base nas principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, para o período de 2015 a 2017, nomeadamente: estruturas de rendimentos e gastos; valores do ativo, passivo e capital próprio; importâncias dos financiamentos obtidos do passivo não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta; resultados e indicadores de rentabilidade e indicadores de estrutura financeira.

No entanto, no período em apreço, por falta de reporte ou reporte incorreto³ de informação, por parte dos municípios (*input* ‘Grupo Autárquico’ – SIIAL) ou por parte das empresas locais (*input* ‘Prestação de Contas SEL’ – SIIAL), não foi possível obter os dados financeiros de todo o universo, para todos os anos.

Deste modo, optou-se por efetuar uma análise agregada da informação financeira, considerando apenas os dados das empresas para as quais se obteve informação nos três anos, correspondendo a um total de 173 entidades, comparando-se o mesmo universo, o que permite uma melhor perceção do sentido da evolução dos dados em causa.

Adicionalmente, incluiu-se nas tabelas a informação de todas entidades para as quais se obteve informação para cada ano, 179 em 2015, 184 em 2016 e 178 em 2017, sob a designação ‘Total Geral’.

Nos anexos, identifica-se, para cada indicador, o universo de empresas com dados e o valor global que lhe corresponde.

1.1.1. Rendimentos e gastos

Apresenta-se de seguida, para o período 2015-2017, uma síntese da análise dos principais rendimentos e gastos das empresas do setor local, tendo sido consideradas as suas rubricas mais representativas: ‘vendas e prestação de serviços’ e ‘subsídios à exploração’ para os rendimentos e ‘fornecimentos e serviços externos’, ‘gastos com pessoal’, ‘gastos de depreciação e de amortização’, ‘custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas’ e ‘juros e gastos similares suportados’ para os gastos.

³ Esta situação pode decorrer de, nos formulários utilizados para recolha de informação, haver campos preenchidos com valor zero, incorretamente.

1.1.1.1. Estrutura dos rendimentos

a) Rendimentos totais

Conforme se observa pela leitura da tabela 1, por análise do universo das empresas com informação disponível para os três anos, em 2017, os rendimentos totais aumentaram 10,0% face a 2015.

TABELA 1: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS TOTAIS (2015-2017)

	<i>Milhões (€)</i>			<i>Var. 2016-2017</i>	<i>Var. 2015-2017</i>
	2015	2016	2017		
Total Geral	768,1	822,8	962,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	761,7	796,2	837,7	5,2%	10,0%

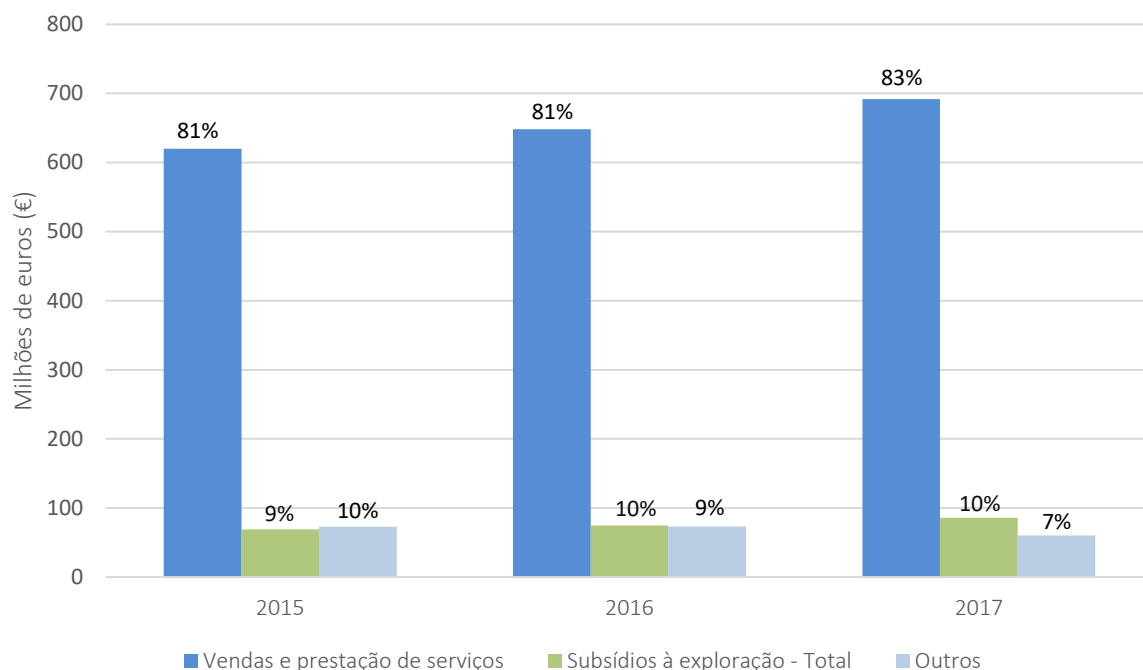
Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

No gráfico 1 encontra-se refletido, em termos percentuais, o peso das principais rubricas na estrutura dos rendimentos, para os anos de 2015, 2016 e 2017.

A composição e o peso das várias rubricas mantêm-se praticamente inalterada. A rubrica 'vendas e prestação de serviços' assume, em todos os anos, o peso mais significativo, representando, em 2017, 83% dos 'rendimentos totais' do universo de empresas locais, apresentando um crescimento na ordem dos 2% face a 2015.

A informação disponível reflete, para os 'subsídios à exploração', um aumento de cerca de 1% no triénio, constituindo 10% dos rendimentos totais em 2017.

GRÁFICO 1: EMPRESAS LOCAIS - PRINCIPAIS RENDIMENTOS (2015-2017)



b) Vendas e serviços prestados

A tabela 2 apresenta a evolução dos rendimentos resultantes das 'vendas e serviços prestados'. No conjunto das entidades analisadas, as 'vendas e serviços prestados' constituem a principal fonte de rendimentos das empresas do setor local. Em 2017, esta tipologia de rendimentos atingiu o valor de 692,0 M€ representando, conforme referido anteriormente, 83% do total dos rendimentos das 173 entidades em análise (*vide* gráfico 1).

Considerando o universo das empresas com informação disponível para os 3 anos, constata-se um aumento da referida rubrica em 2017, face aos anos 2015 e 2016, na ordem dos 11,6% e 6,7%, respetivamente.

TABELA 2: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	623,8	671,4	804,2	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	620,0	648,3	692,0	6,7%	11,6%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

c) Subsídios à exploração

Nos ‘subsídios à exploração’ incluem-se as transferências efetuadas pelas entidades participantes privadas, pelas entidades participantes públicas, bem como as verbas obtidas a título de cofinanciamento comunitário de projetos, entre outras.

Considere-se os dados da tabela 3. Em 2017, as empresas locais obtiveram um montante total de aproximadamente 85,7 M€ de subsídios à exploração, no universo das 173 entidades. Destaca-se a tendência para o aumento destes rendimentos, que cresceram, entre 2015 e 2017, 24,1%.

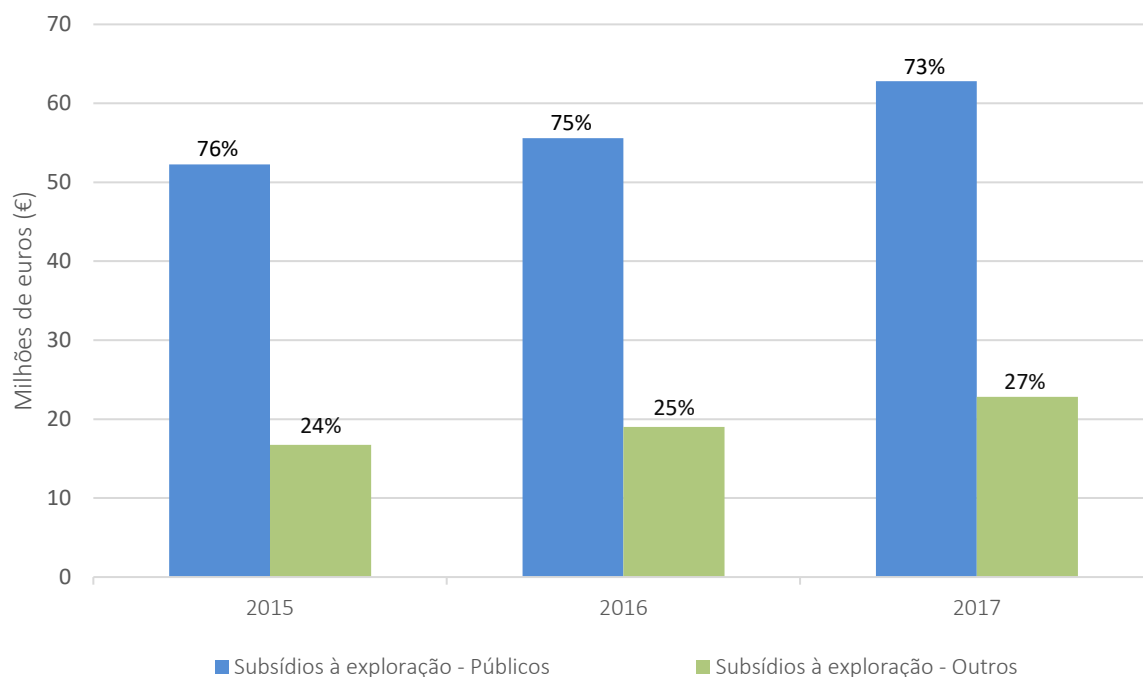
TABELA 3: EMPRESAS LOCAIS - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO – TOTAL (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	71,3	75,1	91,1	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	69,0	74,6	85,7	14,8%	24,1%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos

Da leitura do gráfico 2, constata-se que as transferências efetuadas pelos municípios representam, em todos os anos, um peso considerável no total dos subsídios à exploração recebidos pelas empresas locais, de cerca de ¾. Porém, importa notar que, ao longo do triénio, o peso da rubrica ‘subsídios à exploração – públicos’ no total de subsídios à exploração desceu cerca de 3%.

GRÁFICO 2: EMPRESAS LOCAIS - SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (2015-2017)



1.1.1.2. Estrutura dos gastos

A estrutura de gastos foi desagregada nas componentes 'fornecimentos e serviços externos', 'gastos com pessoal', 'gastos de depreciação e de amortização', 'custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas' e 'juros e gastos similares suportados'.

a) Gastos totais

Conforme se evidencia na tabela 4, no conjunto das empresas do setor local em análise, os gastos totais ascenderam a 815,9 M€ em 2017, valor superior ao apurado para os anos transatos. Analisando a variação entre 2017 e os anos anteriores, evidencia-se o aumento dos gastos totais na ordem dos 6,7% e dos 10,7% face a 2016 e 2015, respetivamente.

TABELA 4: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS TOTAIS (2015-2017)

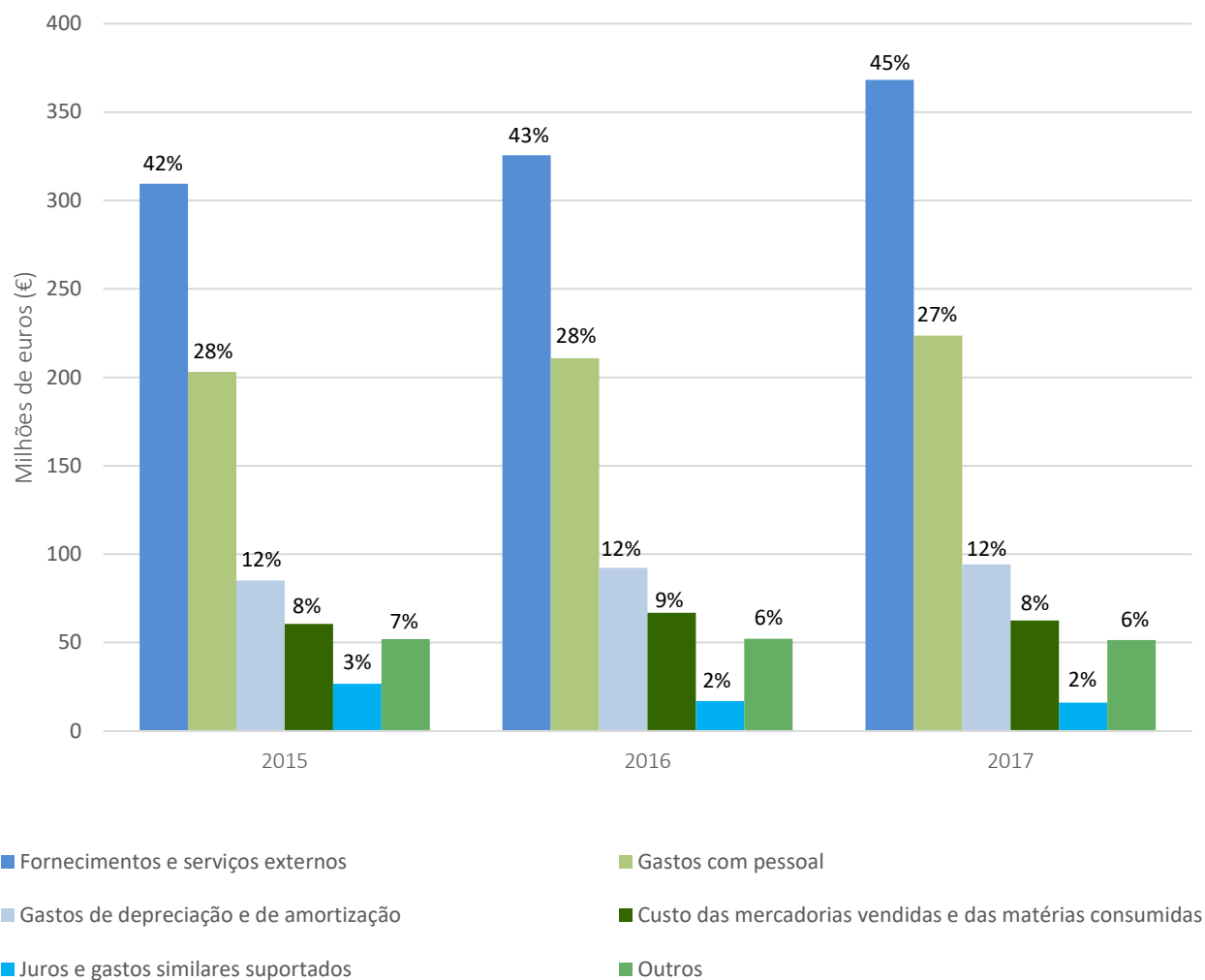
	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	744,1	789,6	935,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	737,0	764,7	815,9	6,7%	10,7%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 3 apresenta o peso de cada rubrica no total dos gastos das 173 empresas locais, em 2017. Da sua leitura, salienta-se que, ao longo dos três anos, as componentes com maior peso nos gastos totais foram os ‘fornecimentos e serviços externos’ e os ‘gastos com o pessoal’. A soma destas duas parcelas de gastos representa, em 2017, cerca de 72% dos gastos totais.

No triénio em apreço, os pesos de cada rubrica no total dos gastos mantiveram-se praticamente inalterados, evidenciando-se o acréscimo de cerca de 3%, no período em análise, dos gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’. Tendência contrária se verificou no peso dos ‘gastos com o pessoal’, entre 2015 e 2017, que diminuíram aproximadamente 1%.

GRÁFICO 3: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DOS GASTOS (2015-2017)



Atendendo à realidade diversificada que caracteriza o universo das empresas locais, apresenta-se de seguida a lista das 10 empresas locais com maior volume de gastos em 2017, com indicação da variação face a 2015 (*vide* tabela 5). Relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se indica a variação no triénio, uma vez que nos anos anteriores esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

TABELA 5: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR VOLUME DE GASTOS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	99,8	-
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	58,3	-7,8%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	38,8	5,9%
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	34,7	26,2%
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	33,1	8,3%
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	28,0	-4,3%
GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A.	26,6	15,8%
EGEAC- EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, EM, S.A.	26,3	43,2%
CMPH DOMUSSOCIAL - EMPRESA DE HABITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MUN. DO PORTO, EM	26,2	48,8%
EMAC – EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M., S.A.	25,9	43,0%

b) Fornecimentos e serviços externos

Os gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ das 173 empresas locais que integram a análise registaram um incremento significativo nos três anos analisados. Em 2017, estes gastos foram de 368,1 M€, refletindo um acréscimo, face ao ano anterior, de cerca de 13,1%. Em comparação com o ano de 2015 o acréscimo foi maior, na ordem dos 19,0%.

Conforme se evidencia no Gráfico 3, os gastos com ‘fornecimentos e serviços externos’ constituem o maior volume de despesas das empresas do setor local (*vide* gráfico 3).

TABELA 6: EMPRESAS LOCAIS - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	312,6	338,5	403,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	309,5	325,5	368,1	13,1%	19,0%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

c) Gastos com pessoal

Conforme consta da tabela 7, nas 173 empresas do SEL, no ano 2017, os 'gastos com pessoal' das empresas do setor local atingiram 223,6 M€. Em 2017 houve um aumento de, aproximadamente, 6,1% e de 10,1%, face a 2016 e 2015, respetivamente.

Os encargos com pessoal representam, em 2017, 27% do total dos gastos das empresas do setor local (vide gráfico 3).

TABELA 7: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS COM O PESSOAL (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	205,1	213,9	278,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	203,0	210,8	223,6	6,1%	10,1%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

d) Gastos de depreciação e de amortização

No universo das 173 empresas locais, em 2017, os 'gastos de depreciação e de amortização' registaram um aumento de 9,0 M€, face a 2015, traduzindo-se numa variação de 10,6%.

Não obstante entre 2015 e 2017 se tenha registado um aumento gradual deste tipo de gastos, o acréscimo foi mais intenso entre 2015 e 2016, tendo abrandado em 2017. No último ano analisado, o montante das depreciações e amortizações registou um aumento de 1,9 M€, correspondendo a uma variação na ordem dos 2,1%.

TABELA 8: EMPRESAS LOCAIS - GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	86,0	96,9	104,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	85,1	92,2	94,1	2,1%	10,6%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

e) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos referentes ao 'custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas' das 173 empresas analisadas ascendem, em 2017, a 62,5 M€ (tabela 9). Estes custos registaram, no triénio em análise, um aumento de 3,1%, que não refletiu o comportamento desta rubrica ao longo do período analisado, uma vez que, entre 2016 e 2017, se verificou um decréscimo de gastos de 4,4 M€, que correspondeu a uma diminuição de cerca de 6,7%.

TABELA 9: EMPRESAS LOCAIS - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	61,0	67,5	79,2	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	60,6	66,9	62,5	-6,7%	3,1%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

f) Juros e gastos similares suportados

No universo das empresas com informação nos 3 anos, o valor dos 'juros e gastos similares suportados' ascendeu, em 2017, a 16,1 M€ (tabela 10).

Entre 2015 e 2017, os gastos com 'juros e gastos similares suportados' registaram uma diminuição acentuada (-10,7 M€), que se traduz em menos 39,9%. O referido decréscimo foi mais evidente entre os anos de 2015 e 2016, período em que se constata uma diminuição de cerca de 9,8 M€ nesta rubrica.

Este comportamento prende-se com a redução do endividamento que se verificou na generalidade das empresas analisadas.

TABELA 10: EMPRESAS LOCAIS - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS (2015-2017)

	<i>Milhões (€)</i>				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	26,9	17,8	16,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	26,8	17,0	16,1	-5,0%	-39,9%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.2. Ativo, Passivo e Capital Próprio

Neste ponto analisa-se o volume total das componentes do balanço das 173 empresas do sector local analisadas, em 31 de dezembro de 2017.

A totalidade das empresas referidas apresenta, em 2017, um ativo global na ordem de 2.380,3 M€ (tabela 11). Neste valor, destaca-se o peso do ativo não corrente, que constitui cerca de 80% do ativo total. No passivo, as componentes corrente e não corrente registam proporções mais equilibradas, ainda assim com ligeira preponderância do passivo não corrente, que representa cerca de 56%.

TABELA 11: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO, PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO (2017)

Componentes do Balanço	Milhões (€)	
	2017	Peso
Ativo não corrente	1 905,0	80%
Ativo corrente	475,3	20%
Total do ativo	2 380,3	100%
Passivo não corrente	625,4	56%
Passivo corrente	489,0	44%
Total do Passivo	1 114,4	100%
Capital Próprio	1 265,9	-
Capital Próprio + Passivo	2 380,3	-

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.2.1. Ativo

Entre 2015 e 2017, o total do ativo diminuiu 38,4 M€, traduzindo-se num decréscimo de 1,6% (tabela 12). No período analisado o montante total do ativo registou um comportamento variável, que se refletiu numa diminuição entre 2015 e 2016, contrariada em 2017 por um aumento de 24M€ (1,0%), mantendo-se os valores de 2017 ainda abaixo dos registados em 2015.

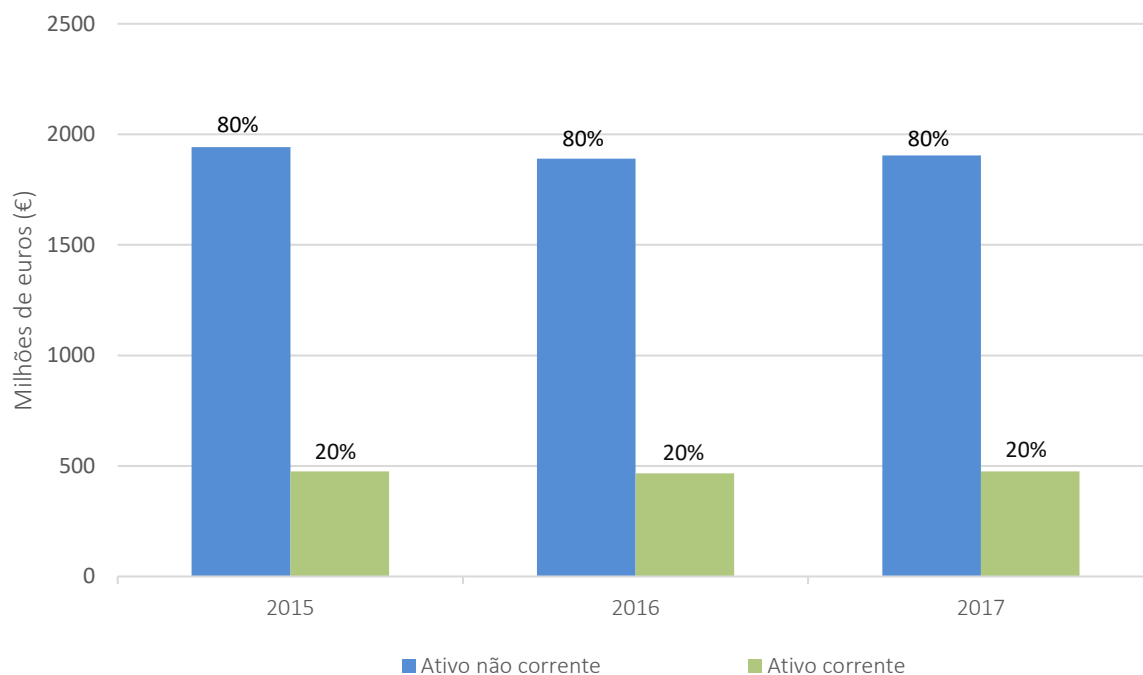
TABELA 12: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO TOTAL (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	2 434,9	2 478,9	2 614,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	2 418,7	2 356,3	2 380,3	1,0%	-1,6%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

Ao longo dos três anos analisados, o ativo não corrente assumiu um maior peso no total do ativo, sendo as variações anuais pouco expressivas (gráfico 4).

GRÁFICO 4: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DO ATIVO (2015-2017)



a) Ativo não corrente

Através dos dados disponíveis na tabela 13, verifica-se que houve uma redução no valor total do ativo não corrente em 37,7 M€ entre 2015 e 2017, que se traduz em uma diminuição de 1,9%.

Note-se que, de 2016 para 2017, a rubrica registou um aumento de 15,4 M€, pelo que a diminuição suprarreferida prende-se, em parte, com o facto de o ativo não corrente ter sofrido uma redução, de 2015 para 2016, de cerca de 53,1 M€.

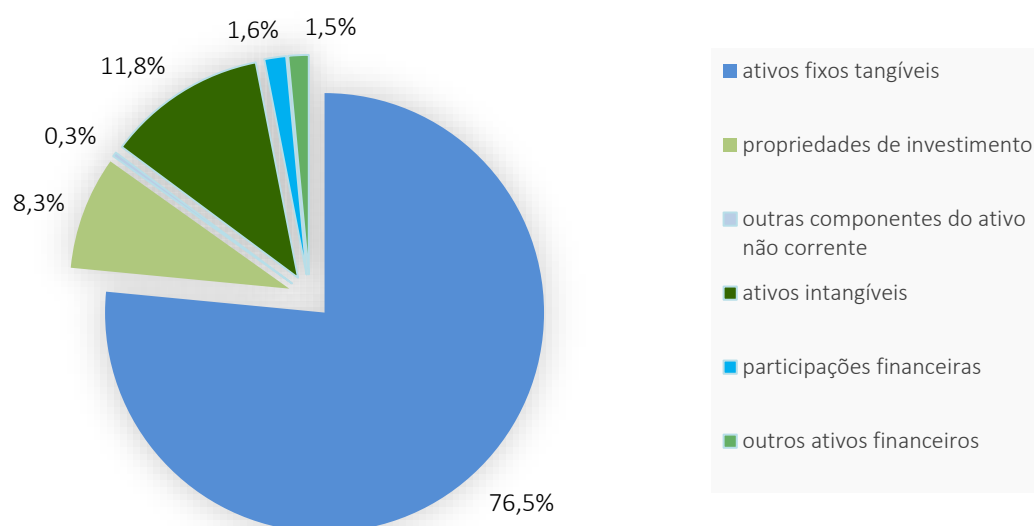
TABELA 13: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 949,3	1 957,6	2 018,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 942,7	1 889,6	1 905,0	0,8%	-1,9%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

No gráfico 5 apresenta-se o peso de cada componente do ativo não corrente no seu valor total, em 2017. Da análise do gráfico observa-se que 76,5% do ativo não corrente é constituído por 'ativos fixos tangíveis'. Destaca-se ainda nesta classe de ativos, mas não de forma tão acentuada, o peso dos 'ativos intangíveis' e das 'propriedades de investimento', na ordem dos 11,7% e 8,3% respetivamente.

GRÁFICO 5: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)



b) Ativo corrente

Conforme se pode observar na tabela 14, e à semelhança do verificado ao nível do ativo não corrente, o ativo corrente sofreu uma quebra, entre 2015 e 2017, na ordem dos 0,6 M€, o que corresponde a uma diminuição na ordem dos 0,1%.

O decréscimo mais significativo ocorreu entre 2015 e 2016. Neste período a diminuição desta rubrica foi de 9,2 M€, resultando uma variação negativa de 1,9%.

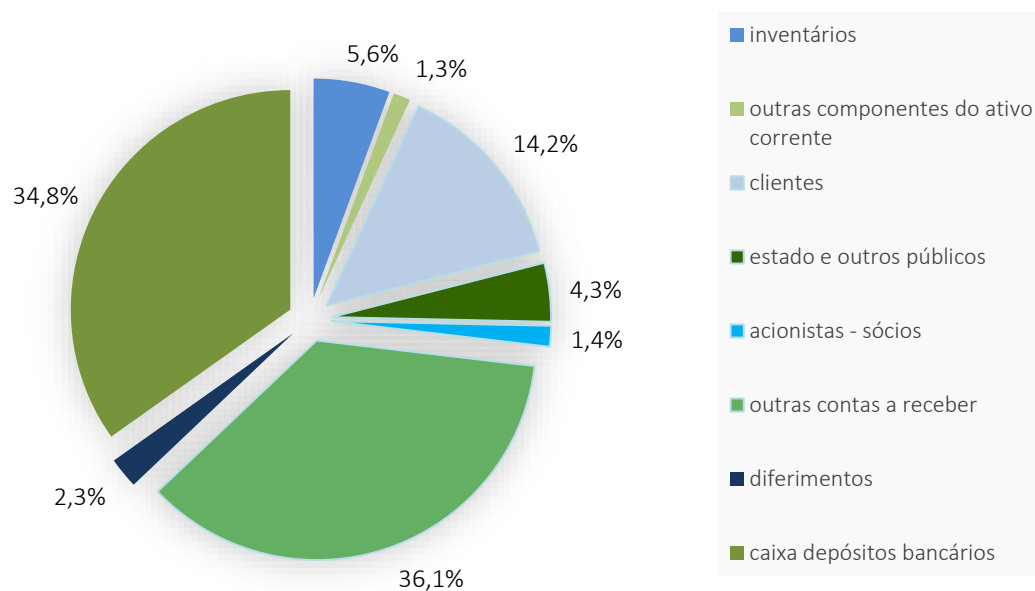
TABELA 14: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	485,5	521,3	595,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	475,9	466,7	475,3	1,8%	-0,1%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 6 evidencia o peso de cada componente do ativo corrente no seu valor total, em 2017. As componentes que assumem um maior peso são as rubricas 'outras contas a receber', 'caixa e depósitos bancários' e 'clientes', representando 36,1%, 34,8% e 14,2%, respetivamente.

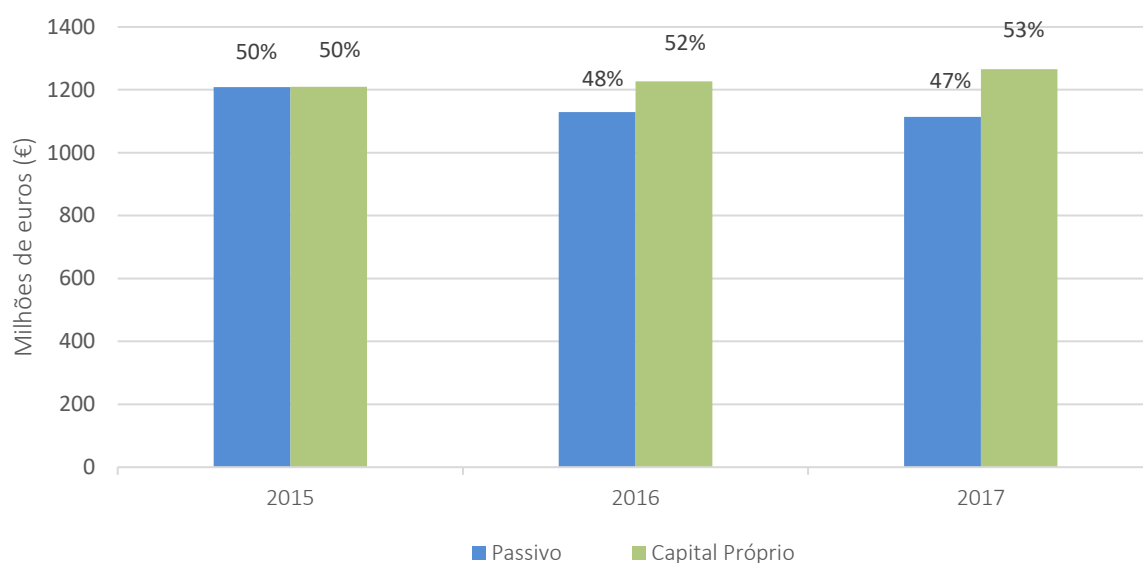
GRÁFICO 6: EMPRESAS LOCAIS - ATIVO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)



1.1.2.2. Capital Próprio e Passivo

O gráfico 7 reflete o peso do capital próprio e do passivo no total destas 2 componentes do Balanço, nos exercícios de 2015 a 2017. Constatase que, no decorrer dos anos, o peso de cada componente se alterou, sendo que, no triénio, o peso do capital próprio aumentou cerca de 3%.

GRÁFICO 7: EMPRESAS LOCAIS - EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO (2015-2017)



Atendendo à evolução do capital próprio e do passivo, refletida no gráfico 7, verifica-se ao nível do passivo uma redução significativa ao longo do triénio, no montante de aproximadamente 94,5 M€. No que respeita aos capitais próprios, verifica-se um aumento de 56,1 M€ entre 2015 e 2017.

a) Passivo

Na tabela 15 evidencia-se o valor do passivo total das 173 empresas locais analisadas. Em 2017, o seu valor traduz-se em cerca de 1.114,4 M€. Conforme referido anteriormente, analisando o período de 2015 a 2017, afere-se uma redução substancial do total do passivo, sendo a mesma na ordem dos 7,8%.

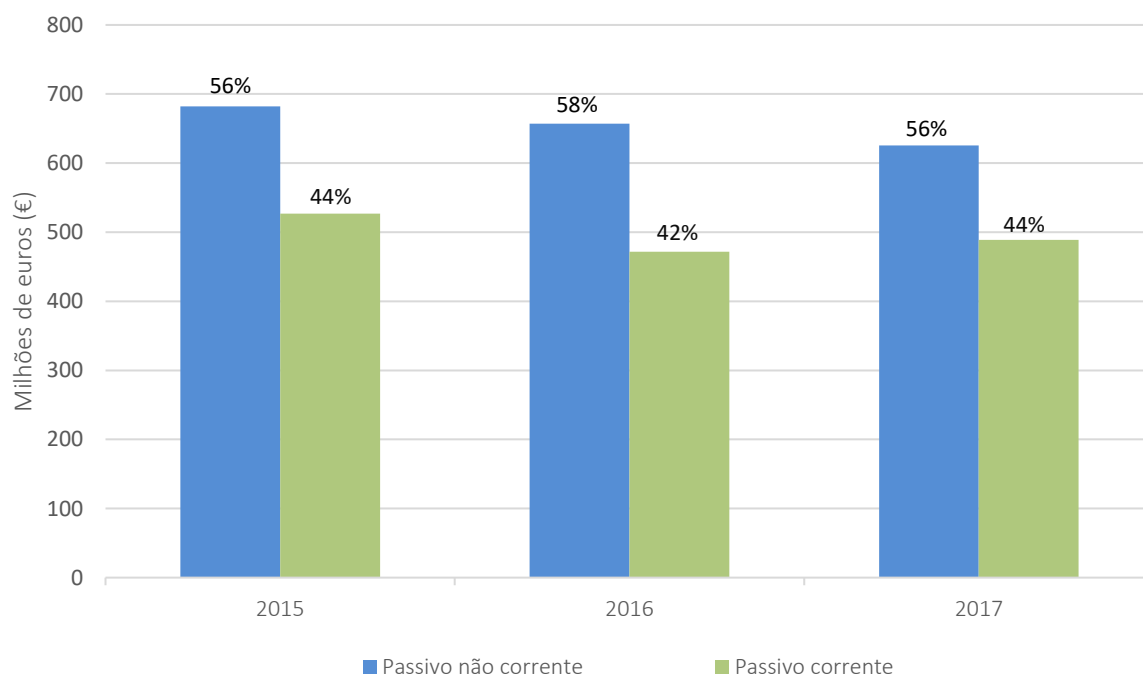
TABELA 15: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO TOTAL (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 216,0	1 203,6	1 232,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 208,9	1 128,9	1 114,4	-1,3%	-7,8%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 8 apresenta o peso do passivo corrente e do passivo não corrente no passivo total. Pese embora em termos absolutos, o passivo tenha sofrido uma redução no triénio em apreço, não se verificaram alterações significativas quanto ao peso de cada uma das componentes.

GRÁFICO 8: EMPRESAS LOCAIS - ESTRUTURA DO PASSIVO (2015-2017)



Na tabela 16 encontram-se identificadas as 10 empresas locais que, no ano de 2017, registaram um maior aumento do passivo, em termos nominais, face a 2015.

TABELA 16: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR AUMENTO DO PASSIVO (2015-2017)

Entidade	Milhões (€)	
	Var. 2015-2017 (Valor)	Var. 2015-2017 (%)
CASCAIS ENVOLVENTE - GESTÃO SOCIAL DA HABITAÇÃO, E.M., S.A.	8,0	1 819,5%
CASCAIS PRÓXIMA - GESTÃO DE MOBILIDADE, ESPAÇOS URBANOS E ENERGIAS, E.M. - S.A.	7,6	63,4%
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	5,4	7,5%
ESPAÇO MUNICIPAL - RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, EM, SA	2,4	56,5%
EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.	2,4	172,8%
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BEJA, E.M.	2,3	40,4%
EGEAC- EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, EM, S.A.	1,9	21,5%
FOZCÔAINVEST - ENERGIA, TURISMO E SERVIÇOS, EM	1,9	11 374,9%
H.S.N. - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO DO NORDESTE, E.M.	1,9	70,0%
HABÉVORA - GESTÃO HABITACIONAL, UNIPessoal LIMITADA, E.M	1,7	14,2%

Uma vez que se afere uma variação significativa, em algumas empresas locais, do total do passivo do exercício de 2017 face ao ano de 2015, entendeu-se relevante fazer uma breve análise sobre este ponto, tendo por base as prestações de contas das respetivas entidades.

Em relação à **FozCôalInvest - Energia, Turismo e Serviços, E.M.**, o substancial aumento ao nível do passivo decorre, sobretudo, do significativo acréscimo ao nível dos ‘financiamentos obtidos do passivo corrente’. À data de 31 de dezembro 2015, a referida rubrica não registava qualquer valor, ao passo que, a 31 de dezembro de 2017, o montante de financiamentos obtidos ascendia a 1,9 M€. Importa ainda referir que esta entidade se encontra em liquidação à data de 31/12/2017.

No que diz respeito à **Cascais Envolvente – Gestão Social da Habitação, E.M., S.A.** a variação do passivo resulta, essencialmente, do acréscimo ao nível dos ‘financiamentos obtidos do passivo não corrente’, sendo que em 2015 a rubrica não registava qualquer valor e, em 2017, o valor ascendia a 7,5 M€.

b) Passivo não corrente

Atente-se à informação constante na tabela 17. Da leitura dos dados, verifica-se uma diminuição do passivo não corrente, registando em 2017 cerca de 625,4 M€, menos 56,8 M€ que no ano de 2015, ou seja, menos aproximadamente 8,3%.

Note-se que em termos de numerário a diminuição mais significativa ocorreu no período 2016-2017, registando-se uma descida do passivo não corrente de cerca de 31,7 M€.

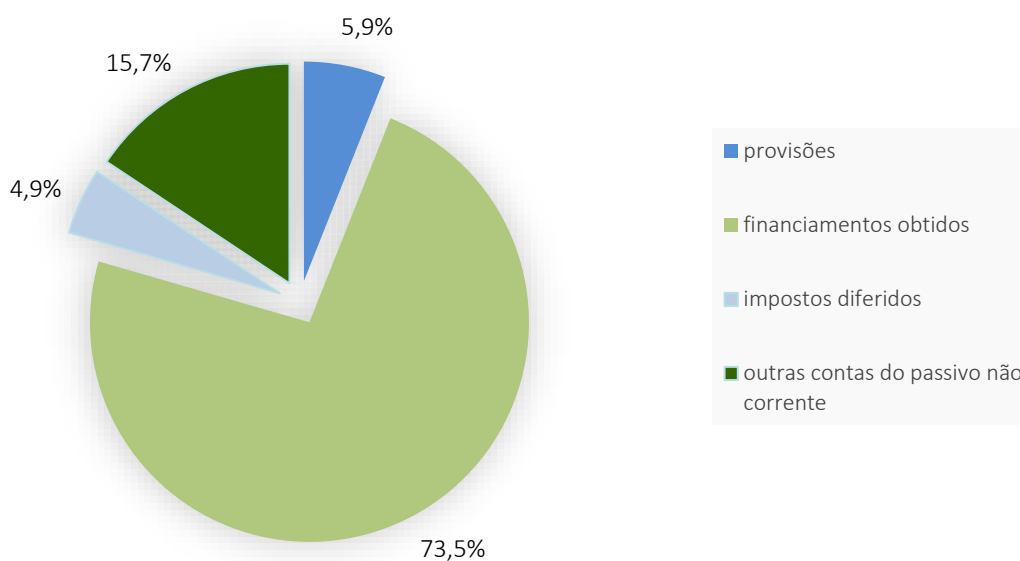
TABELA 17: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	685,5	674,8	650,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	682,2	657,1	625,4	-4,8%	-8,3%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 9 ilustra a repartição, por componentes, do passivo não corrente. A componente de maior destaque no passivo não corrente é a de 'financiamentos obtidos', que representa cerca de 73,5%.

GRÁFICO 9: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)



c) Passivo corrente

Conforme se pode observar através da tabela 18, o passivo corrente sofreu uma redução no período em análise (2015-2017) na ordem dos 7,2%. Contudo, importa referir que, de 2016 para 2017, constatou-se um aumento do passivo corrente de aproximadamente 3,6%, ou seja, mais 17,2 M€.

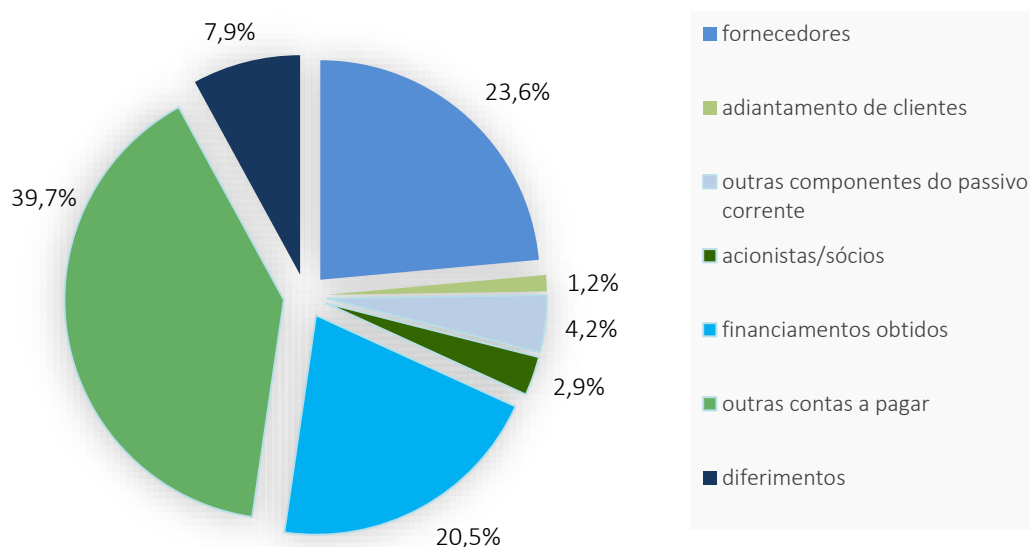
TABELA 18: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	530,5	528,8	582,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	526,7	471,8	489,0	3,6%	-7,2%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 10 evidencia o peso de cada componente do passivo corrente no total desta classe de passivos, para 2017. As três componentes com maior peso no passivo corrente são as 'outras contas a pagar', os 'fornecedores' e os 'financiamentos obtidos', representando 39,7%, 23,6% e 20,5%, respetivamente.

GRÁFICO 10: EMPRESAS LOCAIS - PASSIVO CORRENTE POR COMPONENTES (2017)



d) Capital Próprio

A tabela 19 reflete a evolução dos capitais próprios nos três exercícios económicos em análise. Apreciada a informação, verifica-se que em 2017 os capitais próprios atingiram o valor global na ordem dos 1.265,9 M€, representando um aumento de 4,6% face a 2015.

TABELA 19: EMPRESAS LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 218,8	1 275,3	1 381,7	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 209,8	1 227,4	1 265,9	3,1%	4,6%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.3. Endividamento

Ao nível do endividamento serão analisados os financiamentos obtidos do passivo não corrente, as dívidas a terceiros e a dívida bruta.

1.1.3.1. Financiamentos obtidos - Passivo não corrente

O endividamento resultante do recurso a financiamentos de médio longo prazo registou, em 2017, o valor de 475,2 M€, sendo que, em 2015, o valor ascendia aos 517,1 M€. Neste sentido, constata-se uma diminuição em relação ao início do período em apreço na ordem dos 8,1%, isto é, menos 41,9 M€ (vide tabela 20).

TABELA 20: EMPRESAS LOCAIS - FINANCIAMENTOS OBTIDOS - NÃO CORRENTES (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	517,1	519,8	477,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	517,1	513,4	475,2	-7,5%	-8,1%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.3.2. Dívidas a terceiros

De acordo com a tabela 21, comparando o ano de 2017 com 2015, verifica-se que ocorreu um decréscimo das dívidas a terceiros na ordem dos de 120,1 M€, traduzindo-se em menos 11,0%.

A diminuição mais significativa ocorreu entre 2015 e 2016. Neste período a redução das dívidas a terceiros foi cerca de 99,9 M€, resultando numa variação de menos 9,1%.

TABELA 21: EMPRESAS LOCAIS - DÍVIDAS A TERCEIROS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 097,5	1 055,2	1 076,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 094,1	994,2	974,0	-2,0%	-11,0%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

Na tabela 22 encontram-se elencadas as 10 empresas locais que registaram em 2017 o maior montante de dívidas a terceiros. Para efeitos de comparação face a 2015, apresenta-se a variação que se verificou no triénio. De referir que relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se encontra

indicada a variação no triénio, uma vez que nos anos anteriores esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

TABELA 22: EMPRESAS LOCAIS COM MAIOR VOLUME DE DÍVIDAS A TERCEIROS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	161,4	-0,5%
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	86,2	-
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	73,6	1,9%
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	61,1	-3,6%
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	55,8	-20,6%
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	35,5	-11,6%
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	31,4	-2,9%
A.S. - EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM - EM, S.A	24,7	-5,0%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	23,5	-13,7%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	21,2	2,2%

1.1.3.3. Dívida bruta

Observando a informação da tabela 23, as empresas do setor local, para as quais se dispõe de dados nos 3 anos, registavam a 31 de dezembro de 2017 um total de dívida bruta⁴ na ordem dos 966,3 M€, ao passo que, a 31 de dezembro de 2015 o total era cerca de 1 086,1 M€. Verifica-se assim uma diminuição na ordem dos 11,0%, representando em valor uma redução de 119,8 M€.

Importa referir que, à semelhança do que se observou na componente dívidas a terceiros, a diminuição mais significativa ocorreu entre 2015 e 2016. Neste período, a redução da dívida bruta foi de 104,2 M€.

⁴ Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida bruta ou orçamental, das empresas locais apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

TABELA 23: EMPRESAS LOCAIS - DÍVIDA BRUTA (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 089,5	1 000,9	1 066,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 086,1	981,9	966,3	-1,6%	-11,0%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.4. Resultados e rentabilidade

Neste ponto serão analisados, em termos globais, o ‘resultado líquido do exercício’, o ‘resultado operacional’ e os ‘resultados financeiros’, bem como os indicadores de rentabilidade (rentabilidade de capitais próprios e rentabilidade operacional do ativo).

1.1.4.1. Resultados

a) Resultado Líquido do Exercício (RLE)

No universo das empresas locais com informação disponível para os 3 anos, apurou-se em 2017 um RLE de cerca de 21,7 M€, sendo que, do universo de 173 entidades, 121 tiveram resultados positivos e 2 apresentaram resultados nulos, contribuindo deste modo para este cenário. Trata-se, porém, de um desempenho inferior ao apurado em 2015, uma vez que o RLE apurado foi de, aproximadamente, 24,8 M€, contrariando a tendência de melhoria verificada em 2016 (*vide* tabela 24).

O referido panorama deve-se ao facto de, não obstante ter ocorrido um crescimento dos rendimentos totais, entre 2015 e 2017, se ter verificado um acréscimo mais significativo nos gastos totais no mesmo período, mais concretamente na rubrica ‘Fornecimentos e serviços externos’, conforme exposto no ponto 1.1.1. do presente relatório.

TABELA 24: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	24,0	33,2	27,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	24,8	31,5	21,7	-31,0%	-12,3%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

Apresentam-se, de seguida, dois cenários referentes ao resultado líquido do exercício no ano de 2017: por um lado as empresas locais com resultados mais elevados, e por outro lado as empresas locais com resultados mais baixos.

Atendendo ao facto de terem havido algumas variações acentuadas, no que diz respeito aos resultados líquidos das entidades constantes nas tabelas 25 e 26, importa detalhar as suas causas, observando as alterações existentes, em valor e ao longo do triénio, das rubricas relativas à Demonstração de Resultados.

De referir que relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se encontra indicada a variação no triénio, uma vez que nos anos anteriores esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

TABELA 25: 10 EMPRESAS LOCAIS COM RESULTADOS LIQUIDOS DO EXERCICIO MAIS ELEVADOS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	6,2	16,5%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	6,0	-4,3%
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	5,0	-
EMARP - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO, E.M, S.A.	2,3	91,3%
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	2,2	41,2%
AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	2,0	1 158,1%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	1,3	19,4%
INFRAQUINTA - EMPRESA DE INFRAESTRUTURAS DA QUINTA DO LAGO, E.M., S.A.	1,2	149,0%
EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, E.M., S.A.	0,9	-61,6%
ADC - ÁGUAS DA COVILHÃ, EM SA	0,8	-20,3%

No que concerne à **AC, Águas de Coimbra, E.M.** a melhoria nos resultados líquidos de exercício resulta, em grande parte, da diminuição em cerca de 1,7 M€ do ‘custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas’, no triénio em apreço.

TABELA 26: 10 EMPRESAS LOCAIS COM RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO MAIS BAIXOS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA	-1,6	20,0%
AMBIFARO - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E.M.	-1,3	-176,3%
BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA - E.M.	-0,9	-1 784,9%
GAIURB - URBANISMO E HABITAÇÃO, EM	-0,7	-2255,0%
QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESEN. DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.M., S.A.	-0,7	-31 544,7%
VILA SOLIDÁRIA - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL E.M.	-0,6	-73,8%
TERAMB - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DA TERCEIRA, EM	-0,5	-240 878,5%
IPARQUE - PARQUE PARA INOVAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SAÚDE, EM S.A.	-0,5	13,3%
FRENTE MARFUNCHAL - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, E.M.	-0,3	-156 810,6%
AZORES PARQUE-SOC. DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PARQUES EMPRESARIAIS- E.M., S.A.	-0,3	-18,1%

Em relação à **TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha da Terceira, EM.**, constata-se que, em termos percentuais, a diminuição do resultado líquido, face a 2015, foi bastante expressiva. Pese embora se tenha registado um aumento no triénio em apreço ao nível das ‘vendas e serviços prestados’, na ordem de 1,0 M€, a diminuição do resultado líquido resultou, essencialmente, do aumento em valor dos ‘gastos/reversões de depreciação e de amortização’, dos ‘gastos com o pessoal’ e do ‘custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas’ na ordem dos 1,2 M€, 0,5 M€ e 0,5 M€ respetivamente.

No que concerne à **Frente Marfunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos, e de Estacionamentos Públicos Urbanos do Funchal, E.M.**, cuja variação percentual é igualmente significativa como a da entidade referida no parágrafo anterior, a diminuição dos resultados líquidos deve-se em grande parte ao aumento dos ‘gastos com pessoal’, entre 2015 e 2017, na ordem do 0,8 M€.

Relativamente à empresa **Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local, E.M., S.A.**, a diminuição dos resultados líquidos resultou, essencialmente, do aumento de ‘outros gastos e perdas’, entre 2015 e 2017, na ordem do 0,4 M€.

No que diz respeito à diminuição dos resultados que se constata em relação à empresa **BRAGAHABIT- Empresa Municipal de Habitação de Braga – E.M.**, verifica-se que a mesma resulta, principalmente, do aumento em 0,6 M€, entre 2015 e 2017, da rubrica ‘outros gastos’.

Por último, quanto à empresa **GAIURB - Urbanismo e Habitação, EM**, pese embora tenham havido variações noutras rubricas de rendimentos e gastos, a redução do resultado líquido deveu-se, em grande parte, ao aumento dos ‘fornecimentos e serviços externos’. Em 2017, a rubrica registava mais 0,9 M€ face ao ano de 2015.

b) Resultados operacionais

Na sua globalidade, os resultados operacionais de 2017 das empresas locais atingiram o montante de, aproximadamente, 48,6 M€, sendo que, do universo de 173 entidades, 126 tiveram resultados positivos e 2 apresentaram resultados nulos, contribuindo deste modo para este cenário. No entanto, este valor é inferior ao registado em 2015, cerca de 61,3 M€, traduzindo-se numa variação negativa de 20,8% (*vide* tabela 27).

TABELA 27: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADOS OPERACIONAIS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	60,7	62,4	54,6	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	61,3	59,0	48,6	-17,7%	-20,8%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

Encontram-se listadas, nas tabelas 28 e 29, as empresas locais que em 2017 alcançaram os maiores e os menores resultados operacionais. Importa analisar as variações mais significativas que existiram neste domínio.

De referir que relativamente à **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.** não se encontra indicada a variação no triénio, uma vez que nos anos anteriores esta entidade não pertencia ao universo das empresas locais.

TABELA 28: 10 EMPRESAS LOCAIS COM MAIORES RESULTADOS OPERACIONAIS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.	8,8	7,2%
CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM	7,9	-0,2%
COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.	4,9	-
AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A.	3,5	13,1%
EMARP - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO, E.M, S.A.	3,0	97,4%
AC, ÁGUAS DE COIMBRA, E.M.	2,6	613,9%
VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, S.A.	2,6	11,6%
ÁGUAS DE GAIA, EM, S.A.	2,3	-28,2%
TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E.I.M. - EMPRESA INTERMUNICIPAL, S.A.	1,9	-65,4%
ESPAÇO MUNICIPAL - RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, EM, SA	1,9	2440,0%

A melhoria considerável dos resultados operacionais da **Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, EM, SA** decorre do aumento das rubricas ‘vendas e serviços prestados’ e ‘subsídios à exploração’, entre 2015 e 2017, no valor de 3,8 M€ e 2,0 M€, respetivamente. Não obstante, ao nível da rubrica de gastos ‘fornecimentos e serviços externos’ aferiu-se igualmente um aumento, na ordem dos 3,8 M€. Esta variação contrapesa o aumento já enunciado da rubrica ‘vendas e serviços prestados’, pelo que, minorou o impacto no resultado operacional da empresa.

Relativamente à empresa **AC, Águas de Coimbra, E.M.** a melhoria no resultado operacional do exercício resulta, em grande parte, da diminuição em cerca de 1,7 M€ do ‘custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas’ no triénio em apreço, facto enunciado na alínea anterior (*vide* tabela 25).

Quanto às variações observadas na tabela 28, para as empresas **Teramb, Frente Marfunchal, Qualidade de Basto, Bragahabit e Gaiurb** as mesmas encontram-se justificadas na alínea a) do presente ponto.

TABELA 29: 10 EMPRESAS LOCAIS COM MENORES RESULTADOS OPERACIONAIS (2017)

Entidade	Milhões (€)	
	2017	Var. 2015-2017
AMBIFARO - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS E.M.	-0,9	-655,2%
BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA - E.M.	-0,9	-1408,4%
GAIURB - URBANISMO E HABITAÇÃO, EM	-0,8	-1171,2%
QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.M., S.A.	-0,6	-1914,3%
VILA SOLIDÁRIA - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL E.M.	-0,6	-73,6%
TERAMB - EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DA TERCEIRA, EM	-0,4	-1145,6%
FRENTE MARFUNCHAL - GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, E.M.	-0,3	-1618,3%
OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.	-0,3	-718,3%
IPARQUE - PARQUE PARA INOVAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SAÚDE, EM S.A.	-0,3	25,1%
WRC - WEB PARA A REGIÃO CENTRO, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E.I.M., S.A.	-0,2	-125,8%

A origem da diminuição do resultado operacional da **AMBIFARO - Gestão de Equipamentos Municipais EM**, resulta do aumento dos gastos, designadamente na rubrica ‘fornecimentos e serviços externos’, em 0,8 M€ entre 2015 e 2017. Contudo verifica-se um aumento das ‘vendas e serviços prestados’ na ordem dos 0,4 M€, que consequentemente atenua a redução do resultado operacional.

No que concerne à empresa **OURÉMVIVA - Gestão de Eventos, Serviços e equipamentos, E.M., S.A.**, a diminuição dos resultados líquidos deve-se ao valor registado na rubrica ‘provisões’, que em 2015 não registava qualquer valor e em 2017 registava um valor de aproximadamente 0,2 M€.

c) Resultados financeiros

Durante os 3 anos analisados, verifica-se que os resultados financeiros agregados foram sempre negativos, no entanto destaca-se a evolução em sentido positivo com uma variação de 38,7% no período em apreço (*vide* tabela 30).

TABELA 30: EMPRESAS LOCAIS - RESULTADOS FINANCEIROS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	-25,7	-17,3	-15,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	-25,6	-16,5	-15,7	4,6%	38,7%

Nota: 173 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.4.2. Rendibilidade

a) Rendibilidade de capitais próprios

Para efeitos de cálculo do indicador da rendibilidade dos capitais próprios, efetuou-se a divisão dos valores do resultado líquido do exercício pelo valor dos capitais próprios⁵.

O gráfico 11 contém informação sobre as principais medidas da distribuição estatística da rendibilidade de capitais próprios, em 2017, aplicadas ao universo das empresas locais com informação disponível.

GRÁFICO 11: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDIBILIDADE DE CAPITALS PRÓPRIOS (2017)



⁵ RLE / Capitais Próprios * 100

Note-se que o valor mínimo apresentado de rendibilidade de capitais próprios diz respeito à entidade **Matadouro Regional de Monção, E.M.**, uma vez que os capitais próprios assumem o valor negativo de 1 128 €, ao passo que o resultado líquido do exercício é 22 622 €.

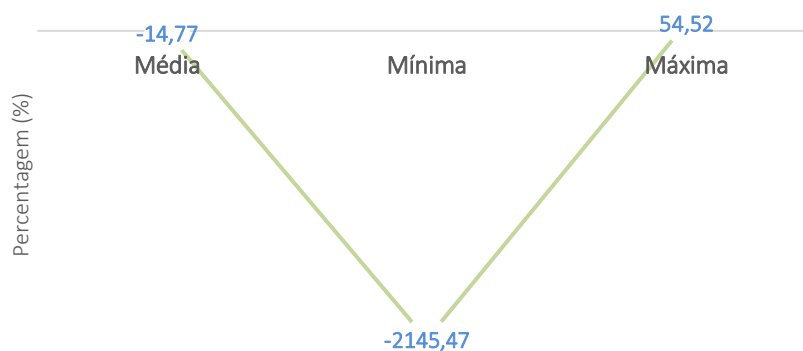
Os restantes indicadores de rendibilidade situam-se no intervalo [-208,94; 739,45].

b) Rendibilidade operacional do ativo

Para o cálculo da rendibilidade operacional do ativo procedeu-se à divisão dos valores dos Resultados Operacionais pelos valores do Ativo Líquido⁶.

No gráfico 12 consta a informação sobre as principais medidas da distribuição estatística da rendibilidade operacional do ativo, em 2017, aplicadas ao universo das empresas locais com informação disponível.

GRÁFICO 12: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDIBILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO (2017)



O valor mínimo apresentado de rendibilidade operacional do ativo diz respeito à entidade **Ocidentalmais, E.M.**⁷, uma vez que o ativo líquido assume o valor de 2 249 €, ao passo que o resultado operacional é negativo em 48 242 €.

Os restantes indicadores de rendibilidade situam-se no intervalo [267,55; 54,52].

⁶ Resultados Operacionais / Ativo Líquido * 100.

⁷ Entidade em liquidação.

1.1.5. Estrutura financeira

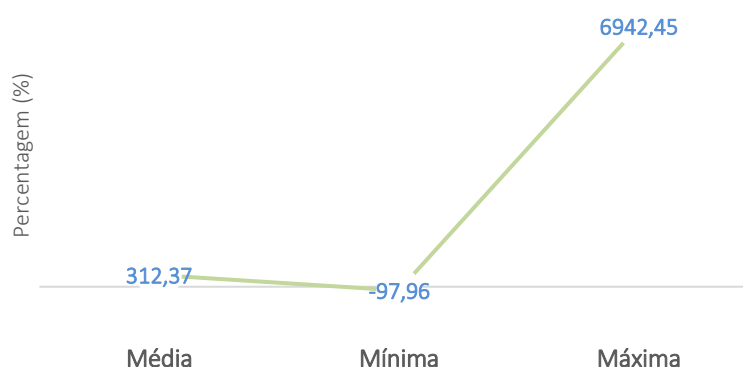
Neste ponto é apresentada a caracterização da situação financeira das entidades do setor empresarial local em matéria de estrutura financeira, através dos rácios da solvabilidade e da autonomia financeira.

1.1.5.1. Solvabilidade

Entendendo-se a solvabilidade como o instrumento que permite medir a cobertura do total de passivo pelo capital próprio⁸.

A informação disponível permite identificar a existência, em 2017, de 20 empresas locais, no universo de 173, em que o índice de solvabilidade é negativo. O gráfico 13 contém informação sobre as principais medidas da distribuição do rácio da solvabilidade, em 2017.

GRÁFICO 13: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA SOLVABILIDADE (2017)



Note-se que o valor máximo apresentado de solvabilidade é relativo à entidade **Melsport - Melgaço, Desporto e Lazer, E.M.** uma vez que os capitais próprios assumem o valor de 10,4 M€, ao passo que o passivo total é 149 170 €.

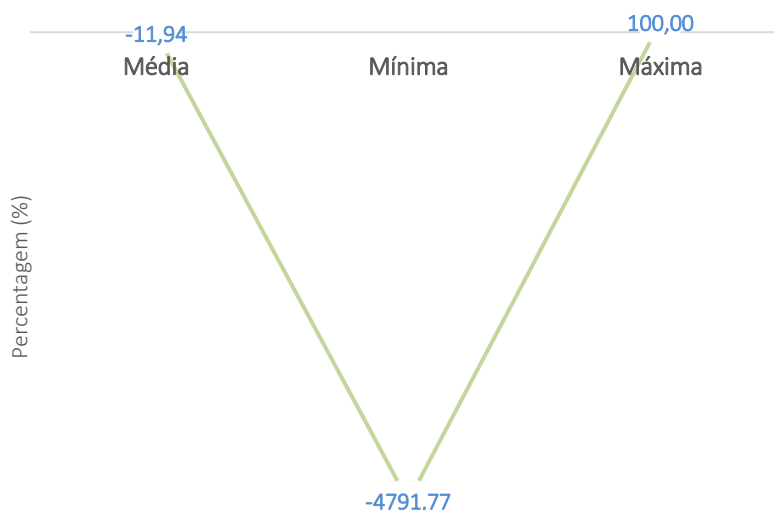
⁸ Capitais Próprios / Passivo Total * 100.

1.1.5.2. Autonomia financeira

Sendo o indicador da autonomia financeira uma comparação entre o capital próprio e o ativo líquido⁹, os dados disponíveis para 2017 mostram um aumento do índice global de autonomia financeira, face a 2015, na ordem dos 2,79%.

O gráfico 14 contém informação sobre as principais medidas da distribuição da autonomia financeira, em 2017.

GRÁFICO 14: EMPRESAS LOCAIS - MEDIDAS RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DA AUTONOMIA FINANCEIRA (2017)



O valor mínimo apresentado de autonomia financeira diz respeito à entidade **Ocidentalmais, E.M.**¹⁰, uma vez que o capital próprio assume o valor negativo de 107 743 €, ao passo que ativo ascende a 2 249 €.

⁹ Capitais Próprios / Ativo Líquido * 100.

¹⁰ Entidade em liquidação.

1.2. Conclusões – Empresas locais

- a) Os rendimentos das empresas do setor local são provenientes, na sua maior parte, das vendas e dos serviços prestados;
- b) Em 2017, as vendas e os serviços prestados geraram rendimentos na ordem dos 692,0 M€, representando 83%;
- c) Os gastos com o pessoal, que em 2017 foram cerca de 223,6 M€, aumentaram face aos valores apurados para 2015 em cerca de 10,1%, representando cerca de 27% do total dos gastos registados pelas empresas do setor local em 2017;
- d) Os gastos totais, em 2017, ascenderam a 815,9 M€. O acréscimo face a 2015 foi na ordem de 10,7%;
- e) O ativo total das entidades atingiu em 2017 o valor global de cerca de 2 380 M€, ou seja, menos cerca de 1,6%, face a 2015;
- f) Ao nível do passivo total verificou-se, em 2017, uma diminuição dos valores, comparativamente a 2015, tendo o passivo total atingido o montante de 1 114,4 M€. A diminuição face a 2015 foi, aproximadamente, 7,8%;
- g) Os dados de 2017 indicam-nos que o passivo representa cerca de 47%, enquanto os capitais próprios se situam nos 53% da estrutura do Balanço;
- h) Em matéria de endividamento, em 2017, observa-se o seguinte:
 - h.1. Em 2017, os financiamentos obtidos de médio longo prazo atingiram, em valores globais, os 475,2 M€, o que representa cerca de 42,6% do passivo total;
 - h.2. No ano de 2017, as dívidas a terceiros diminuíram em relação a 2015. O decréscimo foi na ordem dos 11,0%;
 - h.3. A dívida bruta ou orçamental das empresas locais atingiu, em 2017, o valor na ordem dos 974,0 M€. De referir que a dívida bruta apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- i) No que respeita aos resultados, destaca-se o seguinte:
 - i.1. O conjunto das empresas locais registou em 2017 um Resultado Líquido do Exercício de cerca de 21,7 M€, face a um valor de 24,8 M€ em 2015. A análise dos dados disponíveis por entidade

permite identificar que, do universo de 173 entidades, 121 tiveram resultados positivos e 2 apresentaram resultados nulos, contribuindo deste modo para este cenário;

- i.2. Em termos globais os resultados operacionais atingiram, em 2017, a importância de cerca de 48,6 M€, menos 20,8% do que os resultados operacionais apurados em 2015;
- i.3. Os resultados financeiros são negativos, no triénio em apreço. Verifica-se que esta tipologia de resultados, entre 2015 e 2017, registou uma melhoria na ordem dos 38,7%.

PARTE II:

PARTICIPAÇÕES LOCAIS

1.1. Caracterização económico-financeira

O presente ponto do relatório inclui a análise económico-financeira das empresas que assumem a natureza de participações locais, existentes a 31 de dezembro de 2017, sendo o universo analisado constituído por 100 entidades.

A caracterização económico-financeira é efetuada com base nas principais rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, para o período de 2015 a 2017, nomeadamente: valores do ativo, passivo e capital próprio; importâncias dos financiamentos obtidos do passivo não corrente, dívidas a terceiros e dívida bruta.

No entanto, no período em apreço, por falta de reporte ou reporte incorreto¹¹ de informação, por parte dos municípios (*input* 'Grupo Autárquico' – SIIAL) ou por parte das empresas (*input* 'Prestação de Contas SEL' – SIIAL), não foi possível obter os dados financeiros de todo o universo para todos os anos.

Deste modo, optou-se por efetuar uma análise agregada da informação financeira, considerando apenas os dados das empresas para as quais se obteve informação nos três anos, correspondendo a um total de 62 entidades, comparando-se o mesmo universo, o que permite uma melhor perceção do sentido da evolução dos dados em causa.

Adicionalmente, incluiu-se nas tabelas a informação de todas entidades para as quais se obteve informação para cada ano, 71 em 2015, 73 em 2016 e 67 em 2017, sob a designação 'Total Geral'.

Nos anexos, identifica-se, para cada indicador, o universo de empresas com dados e o valor global que lhe corresponde.

1.1.1. Ativo, passivo e capital próprio

Neste ponto analisa-se, para o ano de 2017, o volume total das componentes do Balanço das 62 entidades pertencentes ao grupo das participações locais.

Considerando a informação constante na tabela 31, a totalidade destas empresas apresenta em 2017, um ativo global de cerca de 890,7 M€. Dentro deste valor, destaca-se o peso do ativo não corrente com uma percentagem de cerca de 76%. O passivo, por sua vez, surge constituído pelas componentes

¹¹ Esta situação decorre de, nos formulários utilizados para recolha de informação, haver campos incorretamente preenchidos com valor zero.

corrente e não corrente, com ligeira preponderância do passivo não corrente, que representa cerca de 54%.

TABELA 31: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO, PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO (2017)

Componentes do Balanço	Milhões (€)	
	2017	Peso
Ativo não corrente	675,4	76%
Ativo corrente	215,3	24%
Total do ativo	890,7	100%
Passivo não corrente	301,2	54%
Passivo corrente	261,3	46%
Total do Passivo	562,5	100%
Capital Próprio	328,2	-
Capital Próprio + Passivo	890,7	-

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.1.1. Ativo

De acordo com a tabela 32, comparando o ano de 2017 com 2015, verifica-se que ocorreu um decréscimo do total do ativo na ordem dos de 235,4 M€, traduzindo-se em menos 20,9%.

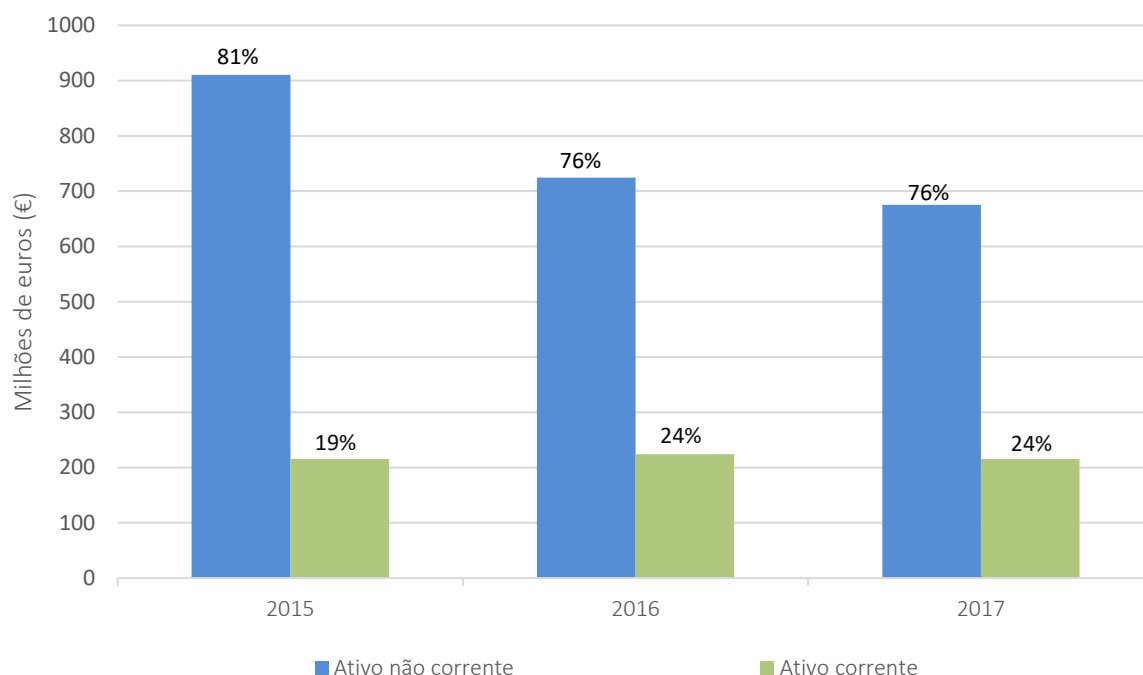
TABELA 32: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO TOTAL (2017)

	Milhões (€)			Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
	2015	2016	2017		
Total Geral	1 343,1	1 055,6	952,8	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	1 126,1	949,1	890,7	-6,2%	-20,9%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 15 esquematiza o peso do ativo corrente e do ativo não corrente no ativo total. Pode observar-se que, ao longo do triénio, o peso do ativo não corrente no total do ativo sofreu uma diminuição na ordem dos 5%, passando de 81% para 76%. Ao invés, o ativo corrente regista um aumento de 5%, sendo que em 2017 representa cerca de 24% do ativo total.

GRÁFICO 15: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ESTRUTURA DO ATIVO (2015-2017)



a) Ativo não corrente

Através dos dados disponíveis na tabela 33, verifica-se que houve uma redução no valor total do ativo não corrente em 235,1 M€ entre 2015 e 2017, que se traduz numa diminuição de 25,8%. A redução observada de 2015 para 2016 foi na ordem dos 185,7 M€.

TABELA 33: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 112,7	812,8	732,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	910,5	724,8	675,4	-6,8%	-25,8%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

b) Ativo corrente

Contrariamente ao verificado a nível do ativo não corrente, o ativo corrente apresenta ao longo dos 3 anos uma variação pouco significativa, na ordem dos 0,3 M€, que percentualmente se traduz em uma diminuição de 0,1%. No entanto, importa referir que, pese embora o ativo corrente tenha aumentado cerca de 8,7 M€ entre 2015 e 2016, este sofreu uma redução em montante idêntico, entre 2016 e 2017 (*vide* tabela 34).

TABELA 34: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ATIVO CORRENTE (2015-2017)

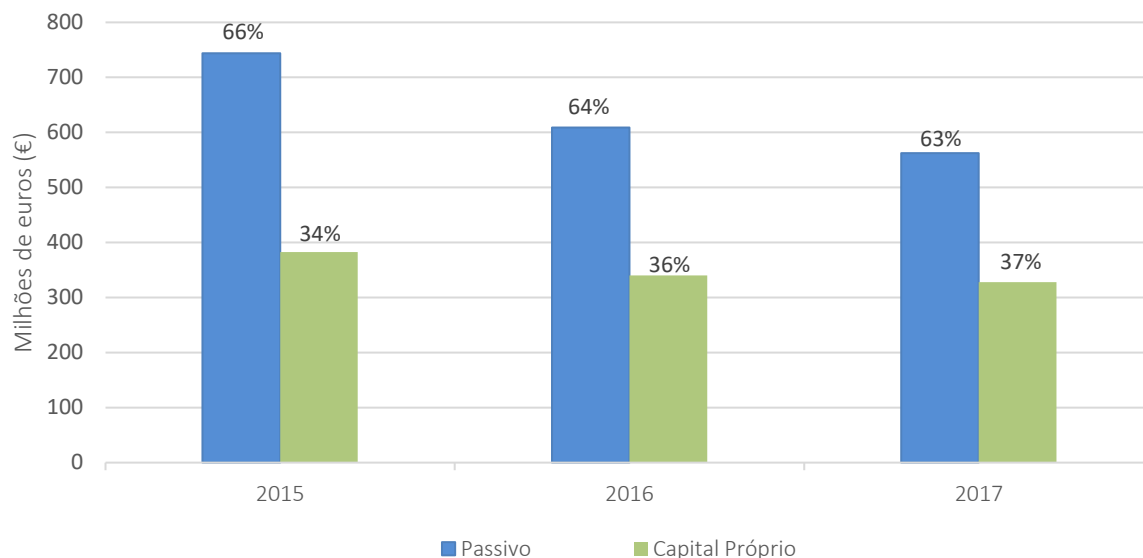
	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	230,4	242,8	219,9	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	215,6	224,3	215,3	-4,0%	-0,1%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.1.2. Capital Próprio e Passivo

O gráfico 16 reflete o peso do capital próprio e do passivo no total destas 2 componentes do Balanço, nos exercícios de 2015 a 2017. Constata-se que, no decorrer dos 3 anos, o peso de cada componente se alterou, sendo que no caso do passivo registou-se uma diminuição de, aproximadamente, 3%. Em sentido inverso, o peso do capital próprio aumentou, no triénio, de 34% para 37%.

GRÁFICO 16: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO (2015-2017)



Atendendo à evolução do capital próprio e do passivo, refletida no gráfico 16, verifica-se ao nível do passivo uma redução significativa ao longo do triénio, no montante de aproximadamente 181,2 M€. No que respeita ao capital próprio, constata-se uma diminuição na ordem de 54,2 M€ de 2015 para 2017.

a) Passivo

Na tabela 35 evidencia-se o valor do passivo total das 62 entidades analisadas. Em 2017, o seu valor traduz-se em cerca de 562,5 M€. Conforme referido anteriormente, analisando o período de 2015 a 2017, afere-se uma redução substancial do total do passivo, sendo a mesma na ordem dos 24,4%.

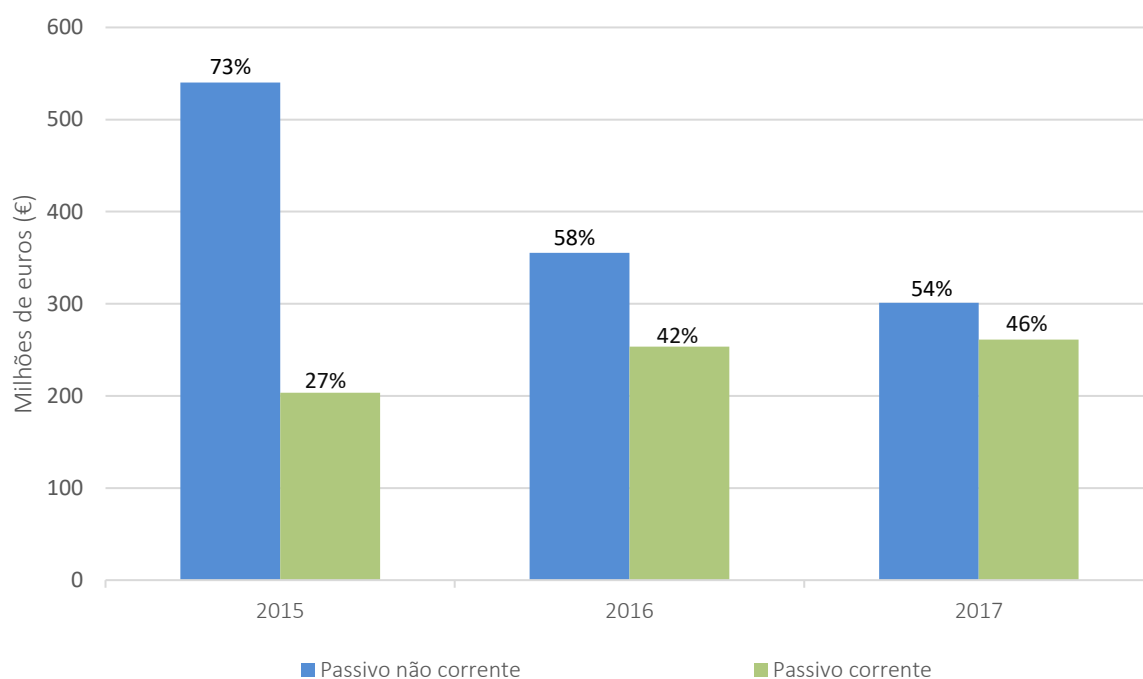
TABELA 35: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO TOTAL (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	1 011,5	727,9	645,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	743,7	608,9	562,5	-7,6%	-24,4%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

O gráfico 17 apresenta o peso do passivo corrente e do passivo não corrente no passivo total. Conforme se pode constatar, o passivo corrente foi assumindo ao longo dos 3 anos um maior peso na estrutura do passivo, passando de 27% para 46%, de 2015 para 2017. O passivo não corrente, contrariamente ao descrito, foi assumindo ao longo dos anos um menor peso na estrutura do passivo, passando de 73% para 54%, de 2015 para 2017.

GRÁFICO 17: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - ESTRUTURA DO PASSIVO (2015-2017)



b) Passivo não corrente

Atente-se à informação constante na tabela 36. Da leitura dos dados, verifica-se uma diminuição acentuada do passivo não corrente, registando em 2017 cerca de 301,2 M€, menos 239,0 M€ que no ano de 2015, ou seja, a variação negativa foi de 44,2%.

TABELA 36: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO NÃO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	762,2	460,4	378,2	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	540,2	355,4	301,2	-15,3%	-44,2%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

c) Passivo corrente

Conforme se pode observar através da tabela 37, o passivo corrente sofreu um aumento em valor ao longo do triénio. Deste modo, verifica-se um acréscimo, de 2015 para 2017, de aproximadamente 28,4%, ou seja cerca de 57,8 M€.

Pese embora se tenha constatado o referido aumento de 2015 para 2017, importa salientar que, o aumento mais significativo desta classe de passivos ocorreu no período de 2015 para 2016, traduzindo-se em cerca de 50,0 M€.

TABELA 37: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - PASSIVO CORRENTE (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	249,3	267,5	267,2	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	203,5	253,5	261,3	3,1%	28,4%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

d) Capital próprio

A tabela 38 reflete a evolução dos capitais próprios nos três exercícios económicos em análise. Apreciada a informação, verifica-se que em 2017 o capital próprio atingiu um valor global na ordem dos 328,2 M€. Conforme se pode constatar, esta componente foi sofrendo ao longo do triénio uma redução, ou seja, apresentando-se em 2017 com menos 14,2% face a 2015.

TABELA 38: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - CAPITAL PRÓPRIO (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	331,6	327,7	307,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	382,4	340,2	328,2	-3,5%	-14,2%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.2. Endividamento

Ao nível do endividamento serão dissecados os financiamentos obtidos do passivo não corrente, as dívidas a terceiros e a dívida bruta.

1.1.2.1. Financiamentos obtidos - Passivo não corrente

O endividamento resultante do recurso a financiamentos de médio longo prazo registou, em 2017, o valor de 159,3 M€, sendo que, em 2015, o valor ascendia aos 232,9 M€. Neste sentido, constata-se uma diminuição em relação ao início do período em apreço na ordem dos 31,6%, isto é, menos 73,6 M€ (vide tabela 39).

TABELA 39: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - FINANCIAMENTOS OBTIDOS - NÃO CORRENTES (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	345,6	299,0	236,3	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	232,9	194,0	159,3	-17,9%	-31,6%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.2.2. Dívidas a terceiros

De acordo com a tabela 40, comparando o ano de 2017 com 2015, verifica-se que ocorreu um decréscimo das dívidas a terceiros na ordem dos de 125,9 M€, traduzindo-se em menos 22,7%.

TABELA 40: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - DÍVIDAS A TERCEIROS (2015-2017)

	Milhões (€)				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	813,5	595,8	510,5	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	555,0	476,8	429,1	-10,0%	-22,7%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.1.2.3. Dívida bruta

Observando a informação da tabela 41, as entidades para as quais se dispõe de dados nos 3 anos, registavam a 31 de dezembro de 2017 um total de dívida bruta¹² na ordem dos 429,0 M€, ao passo que,

¹² Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a dívida bruta ou orçamental, das participações locais apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, sendo proporcional à participação social do município no seu capital social.

a 31 de dezembro de 2015 o total era cerca de 540,5 M€. Verifica-se assim uma diminuição na ordem dos 20,6%, representando em valor absoluto uma redução de 111,5 M€.

TABELA 41: PARTICIPAÇÕES LOCAIS - DÍVIDA BRUTA (2015-2017)

	<i>Milhões (€)</i>				
	2015	2016	2017	Var. 2016-2017	Var. 2015-2017
Total Geral	799,0	595,2	510,4	-	-
Total das entidades com informação nos 3 anos	540,5	476,6	429,0	-10,0%	-20,6%

Nota: 62 entidades com informação nos 3 anos.

1.2. Conclusões – Participações locais

- a) O ativo total das entidades atingiu em 2017, o valor global de cerca de 890,7 M€, ou seja, menos cerca de 20,9% face a 2015;
- b) Ao nível do passivo total verificou-se, em 2017, uma diminuição dos valores comparativamente a 2015, tendo o passivo total atingido o montante de 562,5 M€. A diminuição face a 2015 foi de, aproximadamente, 24,4%;
- c) Os dados de 2017 indicam-nos que, relativamente ao peso na estrutura do Balanço, o passivo representa cerca de 63%, enquanto os capitais próprios se situam nos 37%;
- d) Em matéria de endividamento, em 2017, observa-se o seguinte:
 - d.1. Em 2017, os financiamentos obtidos de médio longo prazo atingiram, em valores globais, os 159,3 M€, o que representou cerca de 28,3% do passivo total;
 - d.2. No ano de 2017, as dívidas a terceiros diminuíram em relação a 2015. O decréscimo foi na ordem dos 22,7%;
 - d.3. A dívida bruta ou orçamental das entidades participadas atingiu, em 2017, o valor na ordem dos 429,0 M€. De referir que a dívida bruta apenas releva para o endividamento municipal em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo proporcional à participação social do município no seu capital social.

Em Anexo,

Anexo 1: Empresas locais - Estrutura de rendimentos

Anexo 2: Empresas locais - Estrutura de gastos

Anexo 3: Empresas locais - Ativo

Anexo 4: Empresas locais - Passivo

Anexo 5: Empresas locais - Capital Próprio

Anexo 6: Empresas locais - Endividamento

Anexo 7: Empresas locais - Indicadores de resultados

Anexo 8: Empresas locais - Indicadores de rentabilidade

Anexo 9: Empresas locais - Estrutura financeira

Anexo 10: Participações locais - Ativo

Anexo 11: Participações locais - Passivo

Anexo 12: Participações locais - Capital Próprio

Anexo 13: Participações locais - Endividamento

Anexo 14: Entidades extintas em 2018